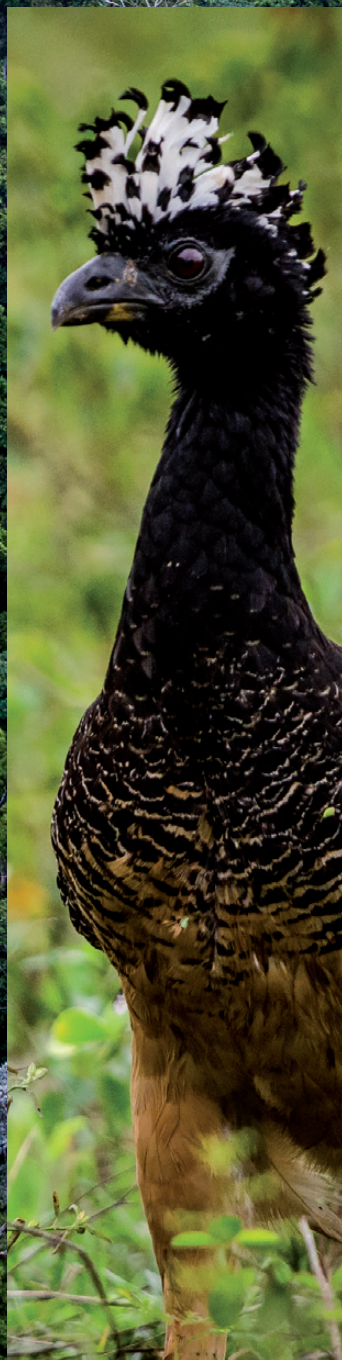


Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Relatório de Gestão 2011



Missão
Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental



Relatório de Gestão 2011

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministra do Meio Ambiente

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Secretário Executivo

Francisco Gaetani

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Rômulo José Fernandes Barreto Mello

Diretora de Planejamento, Administração e Logística

Silvana Canuto Medeiros

Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Ricardo José Soavinski

Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação territorial em Unidades de Conservação

Paulo Fernando Maier Souza

Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade

Marcelo Marcelino de Oliveira

Organização do material

Flavio Daniel Baran

Bruna Tonani Pereira

Revisão

Lísias de Moura

Projeto gráfico

DCOM

Fotos (Capa)

Leonardo Milano

SIGLAS

Acadebio – Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade

AGU – Advocacia-Geral da União

APA – Área de Proteção Ambiental

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

Arpa – Programa Áreas Protegidas da Amazônia

CCDRU - Contratos de Concessão de Direito Real de Uso

CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais

CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

CR – Coordenação Regional

Deter – Detecção de Desmatamento em Tempo Real

Encea – Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação

Flona – Floresta Nacional

Funai – Fundação Nacional do Índio

GEF – Fundo Global para o Meio Ambiente

GDAEM – Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IN – Instrução Normativa

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Jica – Agência de Cooperação Internacional do Japão

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MTur – Ministério do Turismo

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MN – Monumento Natural

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

Parna – Parque Nacional

PGMU - Plano Geral de Metas de Universalização

PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos

Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PM - Plano de Manejo

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas

PPA – Plano Plurianual

Prodes - Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REB – Relação de Extrativistas Beneficiários

Rebio – Reserva Biológica

Resex – Reserva Extrativista

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

RVS – Refúgio de Vida Silvestre

Sisbio – Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

SMI - Sala de Monitoramento e Informações Ambientais

Snuc – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TI - Terra Indígena

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

Apresentação	07
Gestão Socioambiental	09
Populações Tradicionais	13
Uso Público e Negócios	23
Consolidação Territorial	29
Criação, Planejamento e Avaliação de UC	33
Proteção	41
Manejo para Conservação	51
Pesquisa e Monitoramento	63
Gestão de Compensação Ambiental e Recursos Especiais	73
Gestão de Pessoas	75
Administração e Tecnologia da Informação	79
Finanças e Arrecadação	85
Planejamento Operacional e Orçamento	87
Autorização para Licenciamento	91
Suporte Corporativo	93
Comunicação Social	95

APRESENTAÇÃO

O ano de 2011 marca o fechamento de um ciclo de gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que podemos dividir em dois momentos: o primeiro iniciado em agosto de 2007, ano da criação do Instituto e o segundo que vai de meados de 2008 até o final de 2011.

O primeiro momento foi marcado por debates da Direção do novo Instituto, com os servidores e com representantes do Congresso Nacional, com o objetivo de transformar a Medida Provisória nº 366 em Lei, o que veio a acontecer no dia 28 de agosto de 2007 com a promulgação da Lei nº 11.516. Ato contínuo foi identificada a necessidade de aprimorar os mecanismos legais, para permitir que a nova autarquia desenvolvesse de forma efetiva sua missão. Nesse contexto, foi contratada uma consultoria para elaborar proposta de modelo institucional de gestão e de financiamento.

O segundo momento foi caracterizado pela troca na Direção do Instituto, e o início efetivo da estruturação física do Órgão com a implementação de ações visando melhorar a qualidade da gestão da conservação da biodiversidade em nosso País. De lá para cá, foi possível contabilizar os seguintes resultados positivos: o crescimento da visitação nas unidades de conservação, incremento no planejamento das UCs, maior participação da sociedade na gestão das unidades via conselhos, aplicação de mecanismos de compensação de reserva legal em unidades de conservação, possibilitando a incorporação de terras privadas ao patrimônio institucional, o estabelecimento de parcerias com instituições públicas, possibilitando concessão de direito real de uso do território às populações tradicionais beneficiárias das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, beneficiando cerca de 21.000 famílias e garantindo seu acesso pleno às políticas públicas, dentre outros.

Merece destaque a modernização da pesquisa, com a implantação do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO, bem como a criação do Programa Institucional de Pesquisa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. Outro ponto relevante foi a Revista Científica Biodiversidade Brasileira, lançada no ano de 2011, que visa à disseminação das informações sobre espécies da fauna brasileira, bem como à conservação e ao manejo das unidades de conservação.

Também, ressaltam-se os Planos de Ação Nacionais que reúnem as ações voltadas para conservação ou recuperação das espécies da fauna ameaçadas. O Instituto realizou essa agenda por meio de um rígido processo institucional, envolvendo todos os seus centros de pesquisa e mais de 200

instituições parceiras, atingindo em 2011 o patamar de 221 espécies com ações de conservação ordenadas, o que corresponde a 35% das espécies da fauna ameaçadas

A capacitação foi mais uma das áreas que vem se consolidando. A criação da Academia Nacional de Biodiversidade ACADEBio torna-se uma importante conquista e atualmente faz parte de uma estratégia definida para propiciar ao quadro de servidores a formação e a capacitação continuadas, numa estrutura própria e adequada.

O Planejamento Estratégico do Instituto foi outro ponto que avançou bastante durante o ano de 2011. Com a participação das unidades descentralizadas e da Administração Central do ICMBio, foram construídos os indicadores e metas para as unidades de conservação, coordenações regionais e centros de pesquisa e conservação. No final do ano foi iniciado o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Estratégica-SIGE, sistema web que auxiliará na implementação da gestão estratégica do Instituto por meio do monitoramento de resultados das diversas unidades organizacionais em tempo real.

Este relatório de gestão aponta os avançados. Entretanto, é importante continuar o trabalho de aprimoramento dos mecanismos de gestão capazes de lidar com a complexidade que envolve a conservação da biodiversidade em um País de dimensão continental como o nosso. Também é necessário incorporar, cada vez mais nesse processo, instituições parceiras com reconhecida competência na área, bem como desenvolver ações de forma a tornar as unidades de conservação indutoras de desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais residentes nas unidades de conservação de uso sustentável e no seu entorno.

Roberto Vizentin

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Promove a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioambiental por meio do envolvimento da sociedade na gestão das unidades de conservação e centros nacionais de pesquisa no contexto regional, estadual e nacional, baseada na participação social, no diálogo interinstitucional e no desenvolvimento e institucionalização de estratégias integradas de gestão territorial e da biodiversidade. A Gestão Socioambiental caracteriza-se como uma área de interface entre diferentes ações e atividades do ICMBio para criação, implementação e gestão das unidades de conservação e dos centros de pesquisa.

Objetivos estratégicos relacionados

- Estimular o uso das UCs e centros como espaços educacionais e de formação para a sociedade e para as instituições de ensino e pesquisa;
- Envolver a sociedade na conservação da biodiversidade;
- Consolidar os instrumentos de gestão para resposta e prevenção de conflitos com comunidades locais afetadas pela criação de UCs;
- Integrar as ações das UCs às comunidades do seu entorno;
- Dotar as UCs de instrumentos de gestão;
- Consolidar a gestão participativa em todos os níveis.

Gestão participativa

O objetivo principal da gestão participativa é fomentar as instâncias de intervenção da sociedade civil na tomada de decisão pública no que diz respeito à missão institucional do ICMBio.

Conselhos de unidades de conservação

Os conselhos das unidades de conservação são importante instrumento de gestão e participação da sociedade no estabelecimento de diretrizes e na administração das UCs. Sua implementação é prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Os conselhos das UCs podem ser consultivos ou deliberativos, dependendo da categoria da unidade. Os conselhos de Resex e RDS são deliberativos, ao passo que os conselhos das demais categorias de UC são consultivos. Em 2011 foi realizado e divulgado o Diagnóstico dos Conselhos de Unidades de Conservação Federais, bem como concluído o 1º Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa para servidores da área ambiental.

Das 310 UCs federais, 220 possuem seus conselhos formados. Em 2011, foram criados 28 conselhos de UC, número recorde estabelecido de criação no período de um ano.

Criação de Conselhos em 2011 por Categoria de UC

Categoria de manejo	Nº de conselhos criados
Área de Proteção Ambiental	1
Estação Ecológica	4
Floresta Nacional	5
Monumento Natural	1
Parque Nacional	5
Refúgio de Vida Silvestre	2
Reserva Biológica	2
Reserva Extrativista	8
Total	28

Tabela: Criação de Conselhos em 2011 por Categoria de UC

Educação Ambiental

O ICMBio tem como objetivo implementar as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC nas UCs federais e nas ações dos centros nacionais de pesquisa e conservação, por meio de processos educativos que promovam o protagonismo social na gestão ambiental pública.

O Instituto trabalha com foco no fortalecimento de políticas públicas e ações institucionais que promovam: os espaços democráticos de participação; as capacidades de intervenção cidadã qualificadas nos processos de gestão dos bens ambientais públicos; a participação na gestão das UCs dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade; e os instrumentos de gestão e conservação de espécies como conselhos, planos de manejo, planos de ação de espécies ameaçadas, etc.

Em 2011, foram monitoradas e apoiadas 68 ações de educação ambiental (tabela abaixo) em 60 UCs e 3 ações em centros nacionais de pesquisa e conservação. Participaram 6.640 pessoas, dentre os eventos de capacitação e ações educativas, sendo 1.210 capacitações diretas de atores sociais que se relacionam com as UCs como conselheiros, comunitários, indígenas, quilombolas, jovens, etc.

Ações educativas monitoradas e apoiadas pelo ICMBio

Realizações	UC de proteção integral	UC de uso sustentável	Centros de pesquisa	Total
Ações de educação ambiental	5	6	-	11
Capacitação de conselho	9	6	-	15
Capacitação em temas ambientais	4	6	1	11
Capacitação em eventos com temas ambientais	2	2	-	4
Projetos de educação ambiental	8	17	2	27
Total	28	37	3	68

Tabela com as Ações educativas que foram monitoradas e apoiadas pelo ICMBio

Foi apoiada a implementação de programas do Governo Federal, dentre os quais a Operação Arco Verde, nos municípios com altos índices de desmatamento na Amazônia Legal, Operação Cidadania Xingu, nos municípios da área de abrangência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e o Programa Mais Ambiente, para apoiar a regularização ambiental de imóveis rurais.

Realizou-se o Curso de Formação em Educação Ambiental na Gestão Pública da Biodiversidade, com a participação de 28 servidores do ICMBio e 15 lideranças de reservas extrativistas.

Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidade de Conservação – Encea

Em conjunto com o MMA, foi finalizado e publicado¹ o documento Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidade de Conservação – Encea, instrumento orientador que visa promover o alinhamento das ações de educação ambiental e comunicação para a gestão das UCs. A Estratégia fomenta a difusão e compreensão do conceito de unidade de conservação para além do território de manutenção de recursos naturais, considerando a UC como espaço de relações socioambientais onde os diferentes interesses e conflitos da sociedade se manifestam, emergindo as assimetrias dos diferentes atores sociais, sendo assim uma unidade educadora na promoção da educação crítica e emancipatória. Gestão de conflitos territoriais.

Gestão de conflitos territoriais

No ano de 2011 o ICMBio continuou o estabelecimento de diretrizes para lidar com questões relativas a conflitos com territórios de povos e comunidades tradicionais que perpassam um conjunto de UCs. Por meio da identificação dos conflitos territoriais existentes, estão sendo implementadas estratégias de gestão com o intuito de solucioná-los.

Sobreposição de UCs e territórios quilombolas

Foi realizado o acompanhamento das demandas de destinação de territórios à comunidades quilombolas relacionados a UCs federais:

- Três UCs sobrepostas a demandas quilombolas com manifestação institucional junto à Câmara de Conciliação da AGU, sendo estabelecido termo de conciliação, ou seja, estabelecimento de acordo interinstitucional final em um caso e proposta de conciliação em outro;
- Um acordo de convivência e plano de utilização firmado entre Justiça Federal, Incra e ICMBio.

Sobreposição de UCs com terras indígenas

Em 2011, concluiu-se o diagnóstico das UCs federais sobrepostas com terras indígenas, identificando-se as sobreposições, populações envolvidas e formas de gestão do conflito em cada unidade.

Houve também a institucionalização da gestão dos conflitos territoriais entre terras indígenas e UCs por meio do acompanhamento das demandas de demarcação de terras indígenas que podem se sobrepor a UCs, promovendo maior aproximação técnica entre ICMBio e Funai.

Elaboração de termos de compromisso com populações tradicionais em UCs

Em 2011 foi dado seguimento à orientação técnica para a configuração e elaboração de termo de compromisso com populações tradicionais afetadas por UCs de proteção integral. O ano foi concluído com 23 processos de construção de termos de compromisso ou termos de ajuste de conduta relacionados a moradores ou usuários em UCs federais em análise e com a publicação no Diário Oficial da União de extrato de compromisso com 3 associações quilombolas e 85 extratos de compromissos com chefes de família relacionadas com UCs federais.

1 Disponível no portal do ICMBio na internet: <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/publicacoes>

POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Apoiar a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais nas unidades de conservação federais, de acordo com as premissas de cada categoria, focando em estratégias promissoras de produção extrativista e uso sustentável dos recursos naturais, na implementação das políticas públicas universais e específicas, no subsídio à formulação dessas políticas, resultando no fortalecimento do sistema de gestão das UCs e na autonomia dessas populações.

Objetivos estratégicos relacionados

- conservar e promover práticas e conhecimentos tradicionais associados ao uso sustentável da biodiversidade;
- compatibilizar o desenvolvimento local, regional e nacional com a conservação da biodiversidade;
- assegurar a proteção e o monitoramento das UCs;
- desenvolver capacidades para viabilizar o manejo de recursos naturais nas UCs de uso sustentável;
- garantir o território e promover o desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas UCs de uso sustentável.

Produção e Uso Sustentável

Como resultados esperados dos esforços despendidos pelo ICMBio para o apoio a iniciativas produtivas pelas populações tradicionais residentes em unidades de conservação federais de uso sustentável, têm-se, primordialmente, a promoção de alternativas de geração de renda associadas a um modelo conservacionista de uso dos recursos naturais. Aliado a isso, incentiva-se o resgate de

aspectos e práticas culturais das populações tradicionais, assim como a diminuição do êxodo rural e a inclusão de novas frentes de trabalho, viabilizando novas oportunidades, face à necessidade das populações beneficiárias de UCs de uso sustentável buscarem melhores condições de vida para suas famílias.

Capacitação externa

Foram realizadas atividades de capacitação de comunitários nos seguintes temas:

- manejo de açazais nativos;
- manejo comunitário de pirarucu com certificação de comunitários manejadores, contagem de população, despesca e transporte;
- manejo florestal madeireiro sustentável comunitário;
- manejo e utilização de produtos agroextrativistas;
- meliponicultura;
- mapeamento e inventário do potencial de produção de semente do jatobá;
- artesanato de cestaria com fibras e cipós provenientes do extrativismo sustentável;
- organização da produção de óleo de babaçu e creme de bacuri para a indústria cosmética;
- produção e comercialização de caranguejo;
- ordenamento de recursos pesqueiros;
- definição de parâmetros para o manejo de caça na Resex Rio Xingu, efeito da densidade populacional humana na caça de subsistência nessa UC;
- aproveitamento de madeira caída, na confecção de peças artesanais pelas comunidades.

Foram também realizados eventos de intercâmbio de experiências com comunitários das UCs de uso sustentável nos seguintes temas:

- manejo florestal madeireiro sustentável comunitário com beneficiários da Flona Tapajós, Flona Purus e Resex Rio Ituxi;
- manejo de pirarucu com comunitários da Resex Rio Jutai e Resex Médio Juruá;
- manejo de açaí com comunitários da Resex do Rio Cajari;

- manejo de jacaré na Resex Médio Juruá;
- produção de óleo de castanha-do-brasil na Resex Rio Cajari;
- produção de borracha natural “FDL” com beneficiários da Resex Chico Mendes;
- produção de ostras e berbigão com comunitários da Resex Pirajubaé e Resex Mandira.

Implementação de redes de produção e arranjos produtivos.

Como estratégia para promoção do acesso a mercados institucionais de produtos agroextrativistas por parte das populações tradicionais em UCs de uso sustentável, deu-se continuidade ao nivelamento de informações, articulação com instituições governamentais e não governamentais e capacitação de servidores no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Foi formado um núcleo com 40 servidores do ICMBio, pontos focais regionais e locais, que atuam como articuladores e promotores para o acesso das instituições e comunidades das populações tradicionais à essas políticas.

Dando continuidade ao projeto piloto para produção de óleo de babaçu na Resex Ciriaco, Resex Extremo Norte do Estado do Tocantins e Resex Chapada Limpa, foram adquiridas, disponibilizadas e instaladas extratoras de óleo de babaçu que possibilitaram o beneficiamento da produção com qualidade que atende ao mercado internacional, bem como foram articuladas parcerias com a iniciativa privada, governos municipais locais e instituições não governamentais para infraestrutura e ordenamento da produção, e comercialização com base em critérios de mercado justo.

Em continuidade à implementação da infraestrutura necessária para o futuro abate e beneficiamento de carne e couro de jacaré proveniente de manejo sustentável na Resex Lago do Cuniã, foram adquiridos e disponibilizados equipamentos de abate e acondicionamento adequado da produção.

Em ação articulada pela Resex do Rio Cajari, foi apoiada, com a aquisição de equipamentos e utensílios, a instalação de cozinha comunitária para produção de biscoitos e derivados da castanha-do-brasil na comunidade de Água Branca do Cajari.

Para melhoria das condições de logística e escoamento da produção de castanha-do-brasil da Resex do Rio Ituxi foi apoiada a construção de um secador de castanha e um galpão para armazenagem, que contaram com mão de obra em regime de mutirão dos comunitários daquela unidade.

Foi articulado pelos gestores da Resex Marinha de Cururupu um projeto de energia alternativa com a instalação de uma fábrica de gelo, que beneficiará a atividade pesqueira local.

Para rastreamento da produção de caranguejo e massa de caranguejo consumida em Salinas, no Pará, foi apoiada a realização de estudo para implementação de uma rede de produção a partir das Resex Marinhas do Salgado Paraense e proposição de alternativas para o ordenamento, gestão e valorização da produção de caranguejo na Resex Chocoaré-Mato Grosso.

Quanto à promoção do manejo florestal madeireiro sustentável comunitário em Resex, Flonas e RDS, podem ser destacadas as seguintes ações:

- realização do plano de negócios, do inventário amostral da área a ser manejada, bem como a elaboração do Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário da Resex Rio Ituxi, em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro – SFB;
- aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário da Resex Chico Mendes, atendendo a Instrução Normativa nº 16, de 04/08/2011;
- articulação com instituições não governamentais locais, Governo Municipal e SFB para a elaboração de 3 planos de manejo florestal sustentável em comunidades da Resex Verde para Sempre.

Políticas e Comunidades Tradicionais

Em 2011, a agenda de promoção de suporte e apoio à implementação de políticas e serviços públicos em benefício das famílias e comunidades tradicionais que habitam e fazem uso das unidades de conservação, além de contar com as atividades de oferta de apoio técnico aos sujeitos sociais nas UCs e apoio financeiro para desenvolvimento das atividades relativas ao acesso a energia elétrica, telefonia, crédito rural, inclusão digital, saneamento básico e educação de qualidade, orientou-se por trabalhar na melhoria das condições para a implementação do conjunto das políticas. Desse modo, foi trabalhada a produção e institucionalização de um cadastro das famílias das unidades de conservação e, no caso específico das categorias Resex e RDS, avançou-se na concretização da segurança jurídica de suas famílias por meio da celebração de novos contratos de concessão de direito real de uso.

2011 foi o primeiro ano de existência do Programa Bolsa Verde, e o Instituto atuou fortemente para viabilizar a sua implementação junto às famílias extrativistas das UC federais.

Celebração dos Contratos de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU

Como continuidade de uma ação de governo presente no Plano de Ação Prioritário 2009-2010, da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, o ICMBio firmou em 2011 as outorgas coletivas e gratuitas dos territórios de uso tradicional das comunidades extrativistas de 5 Resex e 1 RDS, conforme estabelecido no SNUC e no Decreto nº 4.340/2002, por meio da celebração de contratos de concessão de direito real de uso

(CCDRU) com as entidades representativas dessas comunidades. Foram concedidos 1.737.291 ha beneficiando diretamente 11.807 famílias extrativistas, chegando, assim, a um total de 29 UCs com CCDRU firmados, totalizando 4.531.787,05 ha de área concedida e cerca de 33.950 famílias.

Unidade de Conservação	UF	Área da UC (ha)	Área concedida (ha)	Nº de famílias
RDS Itatupã-Baquiá	PA	64.735	64.035	187
Resex Caeté Taperaçu	PA	42.068	42.068	2.000
Resex Gurupá Melgaço	PA	145.298	145.298	463
Resex Riozinho do Anfrísio	PA	736.341	601.125	57
Resex Tapajós Arapiuns	PA	647.611	690.070	1.100
Resex Terra Grande Pracuúba	PA	194.695	194.695	8.000
TOTAL		1.830.747	1.737.291	11.807

Programa de Apoio à Conservação do Meio Ambiente – Bolsa Verde

Instituído pela Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011, e convertido na Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – “Bolsa Verde” é parte do Plano Brasil sem Miséria e é destinado especificamente a povos e comunidades tradicionais. Trata-se de uma política de desenvolvimento socioambiental que reconhece o papel desses grupos sociais na conservação da natureza e na promoção de serviços ambientais e que destaca a contribuição das áreas protegidas e suas famílias extrativistas no desenvolvimento local. O Ministério do Meio Ambiente é o órgão responsável pela sua execução e a Caixa Econômica Federal é o agente de operacionalização. Os objetivos do Programa são: incentivar a manutenção e o uso sustentável dos ecossistemas; promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação de renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais; e incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional. Por meio do “Bolsa Verde”, as famílias tradicionais nas UCs que se encontram em situação de extrema pobreza - renda per capita mensal abaixo de R\$ 70,00 -, recebem trimestralmente o benefício de R\$ 300,00. Nessa fase inicial de implementação do Programa foi priorizada a Região Amazônica. Em conjunto com o MMA, o MDS e o MDA foi realizada uma oficina de orientação aos gestores do ICMBio de 72 UCs das categorias Resex, Flona e RDS para a execução do Programa, especialmente para tratar das atividades relacionadas ao esclarecimento e à adesão das famílias. O Programa promoveu a catalização, onde não existia, de parcerias entre os órgãos públicos de assistência social e as UCs daquelas categorias. O ano de 2011 terminou

com 6.253 famílias incluídas no Bolsa Verde, relacionadas a 33 UCs, conforme quadro abaixo:

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	UF	Total de famílias beneficiadas
Flona Macauã	AC	4
Flona Jacundá	RO	3
Flona Mapiá-Inauini	AM	8
Flona Purus	AM	66
Resex Alto Juruá	AC	242
Resex Arapixi	AM	21
Resex Chico Mendes	AC	192
Resex Barreiro das Antas	RO	1
Resex Cazumbá-Iracema	AC	83
Resex Lago do Cuniã	RO	20
Resex Rio Cautário	RO	3
Resex Rio Ouro Preto	RO	5
Resex Auati-Parana	AM	52
Resex Baixo Juruá	AM	50
Resex Lago do Capanã Grande	AM	55
Resex Médio Juruá	AM	33
Resex Rio Jutai	AM	50
Flona Saraca-Taquera	PA	39
Resex Tapajós-Arapiuns	PA	814
Resex Verde para Sempre	PA	145
Resex Terra Grande-Pracuúba	PA	178
Resex Cururupu	MA	167
Resex Arai-Peroba	PA	317
Resex Caeté-Taperaçu	PA	1.877
Resex Chocoaré-Mato Grosso	PA	136
Resex Gurupá-Melgaço	PA	137
Resex Mãe Grande de Curuçá	PA	674
Resex Soure	PA	408
Resex São João da Ponta	PA	23
Resex Tracuateua	PA	79
Resex Quilombo do Flexal	MA	74
Resex Chapada Limpa	MA	35
Resex Canavieiras	BA	262
TOTAL		6.253

Cadastro de Famílias em Unidades de Conservação

O cadastramento das famílias presentes nas UCs federais é um instrumento essencial para a sua gestão, utilizado para identificação dos sujeitos sociais que moram e/ou ocupam essas unidades, quantificando e destacando algumas de suas especificidades. Por meio do cadastro dessas famílias é possível identificar os diferentes tipos de ocupação e dinâmicas migratórias, populacionais e modos de uso dessas áreas, assim como conhecer características específicas dos povos e comunidades tradi-

cionais. O cadastro é o instrumento para identificação e monitoramento dos beneficiários das Resex, Flona e RDS, e base para articulação institucional na implementação das políticas públicas.

a) Sistema de Informação das Famílias em Unidades de Conservação Federais

Em 2011 foi intensificado o trabalho de formulação de um sistema digital de informações em plataforma web sobre as famílias das unidades de conservação, para atender às necessidades de gerenciamento das informações sobre as famílias de beneficiários, moradores, usuários e ocupantes das UCs. Esse sistema está sendo construído em três etapas. A primeira compreende os módulos de coleta on-line de dados básicos de unidades familiares, banco de dados para armazenamento das informações, gestão das informações do banco de dados possibilitando a geração de relatórios e emissão de documentos pelo sistema, desenvolvimento de formulários para aplicação off-line adaptados a desktops e laptops, com posterior transferência das informações coletadas para a base de dados do sistema. A segunda etapa compreenderá a coleta das informações off-line via palm-tops, com posterior transferência de dados para o sistema on-line. E a terceira etapa contemplará os módulos por meio dos quais serão coletados dados para o acompanhamento socioeconômico e cultural das famílias tradicionais das unidades de conservação, e informações importantes cuja fonte são bases de dados de outros órgãos públicos. A previsão é que no primeiro semestre de 2012 os primeiros módulos do sistema estejam em funcionamento.

b) Formulário de cadastramento de famílias e regulamentação de procedimentos

O cadastramento de pessoas e famílias em unidades de conservação foi uma atividade executada de forma própria por cada UC, sem padrão institucional de formulário, metodologia e interligação de banco de dados. Neste sentido, o ICMBio, desde o final de 2010 e ao longo de todo ano de 2011, reuniu parceiros e gestores de UCs para estabelecer parâmetros de cadastramento nas unidades. Esta ação culminou na edição da Portaria ICMBio nº 104, de 12 de dezembro de 2011, que instituiu o modelo de formulário para identificação, registro e cadastramento das famílias que moram, ocupam e utilizam as UCs sob a gestão do Instituto Chico Mendes. Durante sua elaboração, UCs das categorias Resex, Flona, Parna e Esec utilizaram o formulário de modo experimental, possibilitando o seu aprimoramento até a versão institucionalizada. Nesse mesmo processo o formulário do ICMBio foi utilizado em conjunto com o Incra em duas Resex marinhas da Bahia para obtenção das informações necessárias ao uso do Incra para inclusão das famílias extrativistas no Programa Nacional de Reforma Agrária, caminhando na consolidação dos esforços de ambas instituições para otimização dos recursos públicos no que toca a fase inicial de implementação desse Programa nas UCs de uso sustentável.

c) Ações de cadastramento nas UCs

Em 2011, 24 UCs se movimentaram intensamente para realizar o cadastramento e recadastramento de suas famílias, utilizando esse formulário. Dentre essas, 13 UCs concluíram a aplicação dos cadastros e 11 realizaram essa atividade parcialmente, prevendo seu término em 2012.

As unidades que finalizaram o cadastramento ou atualizaram o cadastro já existente utilizando o formulário oficial do ICMBio foram:

1. Resex Médio Juruá
2. Resex Tapajós-Arapiuns
3. Resex Soure
4. Resex Mata Grande
5. Resex Arioca-Pruanã
6. Resex Quilombo do Frexal
7. Resex Corumbau
8. Resex Rio Ouro Preto
9. Resex Cassurubá
10. Resex Chocoaré-Mato Grosso
11. Flona Crepori
12. Flona Jamari
13. Resex Lago do Cuniã

As unidades que fizeram parcialmente o cadastramento das famílias em 2011, com previsão de término em 2012, foram:

1. Flona Mapiá-Inaini
2. Flona Purus
3. Resex Baixo Juruá
4. Resex Extremo Norte do Tocantins
5. Resex Gurupá-Melgaço
6. Resex Caeté-Taperaçu
7. Resex Gurupi-Piriá
8. Resex Mãe Grande do Curuçá
9. Resex Mapuá
10. Resex Cururupu
11. Resex Cajari

Implantação dos Créditos da Política Nacional de Reforma Agrária

O ICMBio executou ações junto ao Incra, pela implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA nas UCs, em especial dos créditos de fomento e instalação, e contou com a atuação cotidiana do Instituto na orientação e no suporte a esse trabalho. Diante da necessidade de melhor preparar os gestores e equipes do ICMBio em Resex, RDS e Flonas para atuarem de forma proativa na intermediação, orientação dos comunitários e suas lideranças na aplicação de políticas de crédito para as atividades extrativistas e de infraestrutura, foi iniciada em 2011 a organização e promoção de cursos específicos sobre esses assuntos em parceria com o MDA e o Incra. O primeiro curso foi ministrado por professores do ICMBio, MDA, Incra e Banco do Brasil, e tratou de crédito rural, do Pronaf e da PNRA em UCs de uso sustentável, contando com a participação de 22 UCs das categorias Resex e Flona.

Luz para Todos

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, destina-se a propiciar o fornecimento de energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não dispõe desse serviço. As tratativas do ICMBio com a direção nacional do Programa “Luz para Todos” reforçaram a inclusão das famílias das Resex na lista de prioridades, conforme estabelecido pelo Art. 1º do Decreto nº 7.520, de 08/07/2011 - “(...) serão atendidos pelo Programa “LUZ PARA TODOS” projetos de eletrificação em: I - assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades localizadas em reservas extrativistas (...)”. Os pedidos incluídos nas prioridades deverão ser atendidos com maior rapidez. Em 2011, em conjunto com o Programa “Luz para Todos”, foi feito levantamento da demanda das famílias das UCs por energia elétrica e do grau de solicitação de atendimento dessa demanda junto ao Programa, a fim de orientar a sua implementação nessa fase. E foram apoiadas as tratativas diretas das UCs e suas organizações comunitárias nas instâncias estaduais do Programa “Luz para Todos”.

Instalação de Telefonia Fixa

Do mesmo modo, as tratativas do ICMBio com a Anatel resultaram no reforço do atendimento às famílias extrativistas das UCs federais com telefonia pública. O novo Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU III, instituído pelo Decreto nº 7.512, de 30/06/2011, priorizou o atendimento com telefonia pública para populações tradicionais e extrativistas fixadas nas UCs de uso sustentável geridas pelo ICMBio. As novas ações deverão ser implementadas a partir de 2012.

USO PÚBLICO E NEGÓCIOS

Qualifica, normatiza, estrutura e promove as atividades de visitação, uso público e recreação, além de viabilizar negócios que gerem receitas para o sistema de unidades de conservação federais.

Objetivos estratégicos relacionados

- Envolver a sociedade na conservação da biodiversidade;
- Compatibilizar o desenvolvimento local, regional e nacional com a conservação da biodiversidade;
- Ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços ofertados pelo Instituto;
- Prevenir e responder aos conflitos com comunidades locais afetadas pela existência de unidades de conservação;
- Disponibilizar estrutura para uso público e sensibilização;
- Criar e aprimorar mecanismos para uso das unidades de conservação com ênfase na geração de serviços e negócios;
- Desenvolver capacidades para viabilizar manejo de recursos naturais nas unidades de conservação de uso sustentável;
- Fortalecer a imagem do ICMBio.

Ordenamento da visitação

Diversas unidades de conservação, antes consideradas fechadas, mas que já possuíam plano de manejo, passaram a receber visitantes de maneira regular ou agendada, como o Parna do Pantanal Mato-grossense e o Parna das Emas. Outras unidades que ainda não contam com planos de manejo, mas

que sofrem pressão por visitação, avançaram no processo de ordenamento com objetivo de proteger os recursos naturais da unidade, como o Parna de Anavilhanas e o Parna de São Joaquim.

Foram realizadas diversas oficinas para definir estratégias para ordenamento da visitação em unidades de conservação de diversas categorias e estágios de implementação. Novos estágios de ordenamento e controle da visitação foram estabelecidos para possibilitar uma análise mais detalhada da situação das unidades. Os estágios incluem a existência ou não de um instrumento formal de ordenamento da visitação, como plano de manejo, plano de ação emergencial ou portaria específica; o controle e registro de acesso de visitantes; e a cobrança de ingressos. A princípio, o trabalho foi desenvolvido nos parques nacionais, devendo ser estendido para outras categorias em 2012. De acordo com os estágios definidos, 48 parques nacionais possuem instrumento que ordena a visitação e possibilita acesso ao público, sendo que 25 recebem e registram os visitantes.

Unidades de Conservação Nº de UCs

Parques Nacionais	
Com ordenamento, registros e cobrança	13
Com ordenamento, registro e sem cobrança	12
Com ordenamento, sem registro e sem cobrança	23
Sem ordenamento, registro e cobrança	17
Fechado oficialmente à visitação	2
TOTAL	67
Florestas Nacionais	
Com registro de dados	12
Sem registro de dados	53
TOTAL	65

O ordenamento e a promoção do turismo de base comunitária também receberam maior atenção neste ano de 2011. Em novembro foi promovido seminário em São Luis (MA) com representantes de UCs de todo o País e comunitários para discutir diretrizes e estratégias.

Estruturação da visitação

Em 2011, o Projeto Parques da Copa, desenvolvido em parceria com os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo, foi aprovado na Câmara de Sustentabilidade da Copa do Mundo, sendo reconhecido como um programa oficial da Copa de 2014. Foram definidos os critérios para que as UCs possam fazer parte do Programa e definidas as 27 unidades contempladas: Parnas de Anavilhanas, Jaú, Lençóis Maranhenses, Ubajara, Jericoacoara, Serra da Capivara, Marinho de Fernando de Noronha, Chapada Diamantina, Marinho de Abrolhos, Caparaó, Serra do Cipó, Restinga de Jurubatiba, Serra dos Órgãos, Tijuca, Itatiaia, Serra da Bocaina, Iguaçu, Aparados da Serra, Serra Geral, Brasília,

Chapada dos Veadeiros, Pantanal e Chapada dos Guimarães; além das Resex do Rio Unini e Arraial do Cabo e das APAs da Costa dos Corais e do Delta do Parnaíba. A estrutura mínima para inclusão no projeto foi definida como portais, centros de visitantes, exposição, sinalização bilíngue e no mínimo dois atrativos com acessibilidade, e todas as UCs foram avaliadas para definição dos investimentos e serviços necessários, após oficinas e reuniões técnicas com os gestores das unidades. Foram preparados termos de referência para contratação de projeto unificado de sinalização e de projetos arquitetônicos e de exposições, que estão em fase de licitação.

As estruturas de apoio à visitação foram modernizadas ou tiveram melhorias nas UCs que contaram com recursos de compensação ambiental, como os Parnas de Ubajara e Sete Cidades, Restinga de Jurubatiba, Serra das Confusões e da Amazônia. Foram contratados e elaborados projetos arquitetônicos para construção de centros de visitantes, banheiros e pontes nos Parnas de Lençóis Maranhenses e Serra do Cipó, e elaborado o projeto de revitalização da Trilha das Cataratas, principal atrativo do Parna do Iguaçu. Ainda em 2011 foram viabilizados convênios com secretarias estaduais para aplicação de recursos do MTur nos Parnas de Lençóis Maranhenses e Jericoacoara, tanto para elaboração de projetos que ainda estão pendentes, como para a construção de pontes, centros de visitantes, trilhas, sinalização, exposições e outros.

O Projeto Turismo no Entorno dos Parques, realizado em parceria com MTur, Sebrae e Abeta, visa à estruturação para a visitação além dos limites dos parques nacionais, investindo na integração da gestão dos parques com a cadeia produtiva do turismo, incentivando o setor a oferecer melhores condições nos meios de hospedagem, alimentação e transporte, entre outros. Na primeira fase do projeto foram contemplados os Parnas da Serra dos Órgãos, Marinho de Fernando de Noronha, Anavilhanas, Aparados da Serra e Chapada dos Veadeiros. O ICMBio está articulando acordo de cooperação com o Sebrae para expansão do projeto para mais 10 UCs no próximo ano e ainda para estudos de mercado que permitam avaliar o tamanho e a melhor destinação das estruturas de visitação a serem construídas nas unidades de conservação.

Serviços de Apoio à Visitação

Em 2011, a estratégia de delegação de serviços de apoio à visitação foi revista, buscando maior efetividade na formalização e qualificação dos serviços prestados por operadores privados nas UCs federais. A delegação por meio de concessões foi mantida para UCs com grande visitação e foram ampliados os esforços de formalização de pequenos operadores turísticos por meio de permissões e autorizações. Foram publicados dois novos editais de concessão, incluindo a do complexo Paineiras-Corcovado, no Parna da Tijuca, com abertura de propostas no início de 2012 e que envolve a delegação de serviços de transporte interno, cobrança de ingressos, estacionamento, serviços de alimentação, lojas de conveniência e centro de visitantes no maior atrativo turístico do País. A pousada e restaurante do Parna da Serra dos Órgãos teve a licitação realizada, mas não se apresentaram interessados. Entre as modalidades mais simplificadas de delegação de serviços com projetos básicos desenvolvidos em 2011 destacam-se a permissões de uso para operação de transporte interno do Parna da Serra do Cipó, a permissão de uso para operação de abrigo de montanha e área de camping no Parna de Itatiaia e a autorização para visitação embarcada e

mergulho no Parna Marinho dos Abrolhos. A antiga concessão de um hotel no Parna de Sete Cidades foi prorrogada por meio de um termo de autorização.

Diversas unidades iniciaram processos de normatização das atividades de condução de visitantes a pé, de carro ou barco, como os Parnas da Restinga de Jurubatiba, de São Joaquim, Marinho de Fernando de Noronha, Chapada dos Guimarães, Aparados da Serra e Serra da Canastra e a APA de Guapimirim, entre outros.

Nas unidades que já dispunham de normas estabelecidas, como os Parnas da Serra dos Órgãos e Lençóis Maranhenses e a APA Costa dos Corais, foram autorizados novos condutores de visitante e veículos em 2011. No total foram regularizados 752 pequenos operadores turísticos que atuam nas UCs federais.

NÚMERO DE OPERADORES PRIVADOS FORMALIZADOS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

Modalidade	2009	2010	2011
Autorizações	7	17	752
Permissões	3	3	3
Concessões	7	9	9
Arrendamentos	2	2	2
TOTAL	19	31	766

Capacitação, Planejamento e Monitoramento de Impactos da Visitação

Em 2011 foi publicado² o documento Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais. O roteiro orienta a definição de números balizadores para a visitação, considerando a capacidade de suporte de cada atrativo, e enfatiza a importância do monitoramento dos impactos para o manejo adequado. A metodologia vem sendo utilizada e disseminada em oficinas e cursos de capacitação para aprimorar a gestão do uso público nas UCs.

O planejamento das atividades de uso público e o monitoramento de impactos são fundamentais para viabilizar a abertura de novas UCs à visitação e a diversificação das atividades de uso público. Ampliar o número de visitantes e oferecer novas experiências em ambiente natural são importantes para sensibilizar a sociedade para a importância da conservação.

Para preparar as equipes das UCs, foram realizados dois cursos para equipes de diversas categorias de UCs, inclusive de uso sustentável. O Curso de Manejo de Trilhas e Monitoramento de Impactos da Visitação foi realizado em setembro, no Parna do Itatiaia, com apoio do Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS). Em novembro foi realizado no Parna da Serra dos Órgãos o Curso de Planeja-

² _____

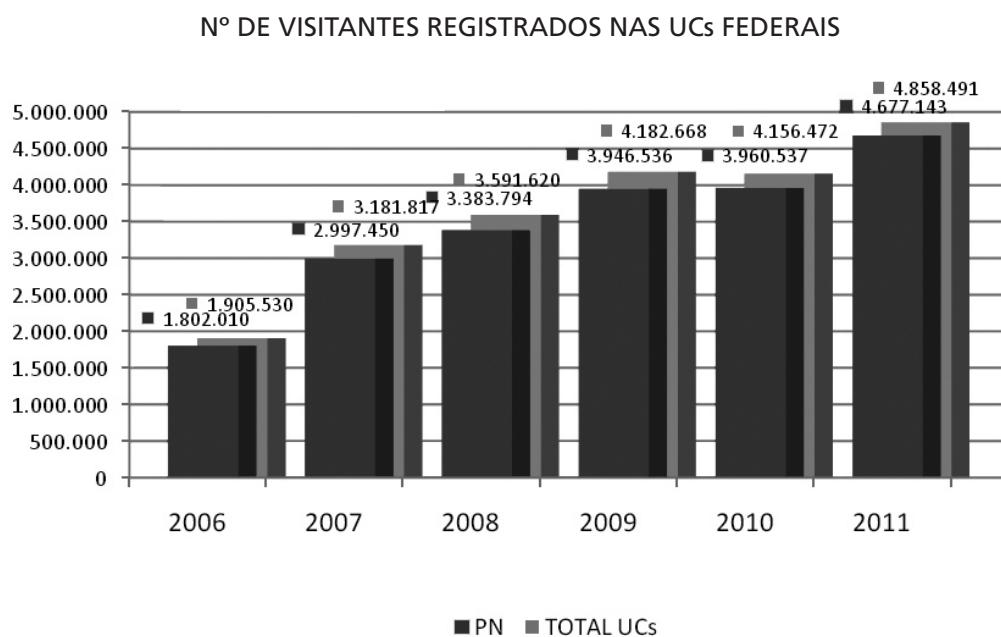
Disponível no portal do ICMBio na internet: <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/publicacoes>

mento de Uso Público. Além dos cursos, foram realizadas duas oficinas com gestores e participação em congressos, como o Encontro Brasileiro de Ecoturismo e Turismo de Aventura - ABETA Summit e o II Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade - Conatus, reforçando também a integração com a cadeia produtiva do turismo e os meios acadêmico e conservacionista. Nos cursos e oficinas foram elaboradas 40 propostas de trabalho para implementar trilhas, monitorar impactos ou avançar no ordenamento da visitação. A implementação dessas atividades contará com tutoria de consultores contratados pelo USFS e da equipe do ICMBio.

Ainda com apoio do USFS, quatro servidores participaram de eventos internacionais, com envio de dois analistas ambientais para o Curso de Campo em Manejo de Áreas Protegidas, no Colorado (EUA), e dois para o Seminário Internacional sobre Áreas Protegidas, em Montana (EUA).

Crescimento da visitação

Os esforços para consolidação da visitação resultaram em crescimento de 17% da visitação nas UCs federais, totalizando 4.858.491 visitantes em 2011. Este número representa uma aceleração da já forte tendência de crescimento dos últimos anos.



Parcerias e financiamento de unidades de conservação

Em 2011 foi assinado o Acordo de Cooperação entre o ICMBio, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério do Meio Ambiente para o desenvolvimento de estudos sobre o potencial de parcerias público-privadas como instrumento de gestão em UCs, visando à operação por privados de serviços de apoio ao uso público, à pesquisa, à proteção e ao funcionamento de sete UCs federais.

Entendimentos iniciados paralelamente com o BNDES e o Sebrae devem resultar em editais para realização de estudos de mercado e de viabilidade econômica para operação de serviços de apoio à visitação e sobre a importância econômica das UCs nos contextos locais.

A parceria com o Grupo EBX para estruturação e manutenção do Parna Lençóis Maranhenses e do Parna Marinho de Fernando de Noronha teve sua operacionalização otimizada com a inclusão do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio como executor dos recursos de doação. Os novos planos de trabalho preveem melhorias na estrutura e nos serviços das unidades.

Em 2011 foi renovado o Acordo de Cooperação para a Gestão Compartilhada do Parque Nacional da Tijuca com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro e a Secretaria do Patrimônio da União. O plano de trabalho prevê investimentos significativos e novos projetos para aprimorar a gestão e melhorar as condições de visitação do Parque.

Foram assinadas também novas parcerias com a Fundação SOS Mata Atlântica para apoio às APAs Costa dos Corais e Cairuçu e está em negociação apoio ao MN do Arquipélago das Ilhas Cagarras, que se somam à Rebio Atol das Rocas, à APA Guapimirim e à Esec Guanabara. A APA Costa dos Corais também está firmando uma parceria com a Unesco, Conservação Internacional e associação de operadores turísticos locais para criação de um fundo para manutenção daquela UC a partir de pagamentos para manutenção da paisagem.

Negócios Florestais

O desenvolvimento de estratégias e modelos que viabilizem a venda de madeira das florestas plantadas com espécies exóticas nas UCs foi o principal foco na área de negócios florestais.

Em 2011 foram preparados editais para venda de Pinus e Eucalyptus nas Flonas de Chapecó, Capão Bonito, São Francisco de Paula e Canela. O valor total estimado para os primeiros lotes em andamento é de cerca de R\$ 8 milhões.

A comercialização da madeira das florestas plantadas depende da definição de novas estratégias de manejo para as Flonas, visando associar o manejo a estratégias de conservação. Em 2011 foram iniciadas discussões sobre alternativas de manejo para as áreas após a extração da madeira, tais como regeneração natural; geração de conhecimento sobre manejo de madeira de espécies nativas; utilização consorciada de espécies exóticas e nativas e sistemas agroflorestais, entre outros; identificação de matrizes e produção de mudas.

O Parna da Lagoa do Peixe e a Rebio União também tiveram projetos básicos preparados visando a erradicação de espécies exóticas plantadas antes da criação das UCs, com geração de receitas para o ICMBio.

CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL

Compreende a regularização da situação fundiária e a consolidação dos limites das unidades de conservação federais, condições essenciais para implantação, planejamento e execução das ações de gestão desses espaços protegidos.

Objetivos estratégicos relacionados

- Promover a consolidação territorial;
- Fomentar, ordenar, gerar e difundir informações e expertise para a conservação da biodiversidade e para a gestão das UCs;
- Garantir o território e promover o desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais nas UCs de uso sustentável;
- Aumentar a efetividade e a consolidação das UCs;
- Consolidar os instrumentos de gestão para resposta e prevenção de conflitos com comunidades locais afetadas pela criação de UCs.

A criação de unidade de conservação não caracteriza transferência de domínio das terras para o patrimônio público. A regularização fundiária cuida da identificação e transferência do domínio ou da posse dos imóveis contidos no interior do perímetro decretado de cada UC ao Instituto. Dentre as ações, destacam-se a desapropriação de imóveis rurais, indenização de posses e obtenção da gestão das terras públicas federais e estaduais inseridas nas UCs federais.

A consolidação de limites das UCs compreende a delimitação espacial, demarcação e sinalização do perímetro das unidades, atividades que vêm sendo fortemente impulsionadas uma vez que sua materialização física contribui significativamente para a redução da ocorrência de ocupação e uso indevido dessas áreas protegidas.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2011

Obtenção de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) das Terras Públicas Federais sob Domínio da União ou do Incra

A obtenção da CDRU dessas áreas possibilita ao ICMBio realizar a outorga coletiva e gratuita do território às populações tradicionais beneficiárias das UCs de uso sustentável, garantindo seu acesso pleno às políticas públicas.

Este mesmo instrumento possibilita ao ICMBio realizar as concessões onerosas para exploração de bens e serviços localizados em UCs federais.

Em 2011, o MMA recebeu da Secretaria de Patrimônio da União termo de entrega e realizou a CDRU ao ICMBio de 8 unidades, compreendendo uma área de 1,7 milhão de hectares, conforme abaixo detalhado.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COM CDRU DA SPU PARA O ICMBio		
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	UF	ÁREA (ha)
Resex Terra Grande de Pracuúba	PA	194.695,18
Resex Tapajós Arapiuns	PA	690.070,05
Resex Gurupá Melgaço	PA	145.297,54
Resex Caeté Taperaçu	PA	42.346,08
Resex Riozinho do Anfrísio	PA	601.124,00
RDS Itatupã-Baquiá	PA	64.035,00
Parna Tijuca	RJ	*
Esec Tamoios	RJ	**
TOTAL		1.737.567,85

* - Área do Parque Lage

** - 7 ilhas

DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS OU INDEZAÇÃO DE POSSE

Foram retomados processos de indenização de imóveis em UCs federais, totalizando a desapropriação administrativa de mais de 104.000 ha de terras.

Foram instruídos processos, visando ao ajuizamento de ações de desapropriação de cerca de 20.000 ha em imóveis localizados nas seguintes UCs:

- Parna da Chapada Diamantina (BA) - 10 imóveis;
- Parna do Caparaó (MG/ES)- 1 imóvel;
- Parque Nacional de Itatiaia (RJ/MG/SP) - 6 imóveis;
- Parnas de Serra Geral e de Aparados da Serra (RS/SC) - 10 imóveis;
- Resex de Ciriaco (MA) - 5 imóveis.

Foi realizada a instrução de processos de indenização, em fase de conclusão, abrangendo uma área aproximada de 190.000 ha nas seguintes UCs:

- Parna Serra das Confusões (PI) - 180.000 ha;
- Parna Serra dos Órgãos (RJ) – 2 ha (1 pousada);
- Parna Serra da Bocaina (RJ/SP) – 100 ha;
- Parna Cavernas do Peruaçu (MG) - 1.000 ha;
- Parna Serra do Itajaí (SC) - 6.000 ha;
- Parna Itatiaia (RJ/MG/SP) - 1.700 ha.

Recebimento de imóveis em doação por conversão de multa

- Foram incorporados ao patrimônio do ICMBio, em 2011, 7 imóveis federais, totalizando uma área de 1,9 mil ha.

Ações de regularização fundiária por desoneração de reserva legal

Em 2011 foram recebidos em doação 6 imóveis no Parna Serra da Canastra e 4 imóveis no Parna de Ilha Grande, compreendendo 1,5 mil hectares. Além disso, foram estabelecidos termos de reciprocidade com os Estados de Rondônia e Paraná, visando à desoneração de reserva legal .

Vistoria de avaliação e instrução processual

Foram realizadas vistorias de avaliação e instrução processual de imóveis a serem desapropriados nas seguintes UCs federais:

- Parna da Restinga de Jurubatiba
- Parna Aparados da Serra
- Parna Serra Geral
- Parna Lagoa do Peixe
- Parna Serra da Canastra

- Parna Serra de Itabaiana
- Parna Chapada Diamantina
- Parna Caparaó
- Parna Grande Sertão Veredas
- Parna Araucárias
- Parna Campos Gerais
- Parna Serra de Itajaí
- Parna Cavernas do Peruaçu
- Parna Itatiaia
- Parna São Joaquim
- Parna Sempre-vivas
- Parna Serra da Bocaina
- Parna Catimbau
- Esec Mata Preta
- Esec Mico Preto
- Esec Serra Geral do Tocantins
- Esec Cuniã
- Rebio Mata Escura
- Rebio Pedra Talhada
- Resex Ciriaco
- Resex Verde para Sempre
- Resex Rio Ouro Preto
- Resex Canavieiras
- Rebio Jaru

Publicações

Em 2011 foi publicada a Cartilha de Regularização Fundiária de Unidades de Conservação Federais. O objetivo da publicação é demonstrar, na prática, todos os passos da aplicação da Instrução Normativa ICMBio nº 2/2009, que trata da indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis em UCs federais, desde a abertura do processo de indenização até a transferência das áreas pelo ICMBio. A cartilha está disponível na internet, em <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/publicacoes>.

CRIAÇÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desenvolve e implementa ferramentas e ações voltadas à criação e gestão de unidades de conservação federais.

Objetivos Estratégicos Relacionados

- Ampliar conhecimento sobre biodiversidade
- Implementar transversalmente estratégia de conservação de espécies
- Aumentar a representatividade e a conectividade das áreas protegidas
- Aprimorar procedimentos de criação de UCs
- Dotar as UCs de instrumentos de gestão

Criação de Unidades de Conservação

A incorporação de novos analistas ambientais em 2011 permitiu melhorar a organização das informações relativas ao conjunto de mais de 300 demandas ou processos de criação, ampliação, recategorização e/ou revisão de limites apresentadas ao ICMBio, além de estabelecer níveis de prioridade para cada uma delas³. Atualmente sob essa ótica, o conjunto de demandas obedece a tal ordem de grandeza e pode preliminarmente ser assim consideradas:

a) Nível de prioridade Alto – 46 processos de criação de UCs em andamento com previsão de conclusão em curto ou médio prazos.

b) Nível de prioridade Médio – 85 processos de criação de UCs em andamento com previsão de conclusão em médio ou longo prazos.

c) Nível de prioridade Baixo – 126 processos de criação de UCs sem andamento ou realização de estudos. Dificilmente terão andamento concreto no curto ou médio prazos, especialmente considerados

³ _____

Cabe mencionar que a definição de prioridades não obedeceu a critérios rigorosos aplicados uniformemente ao conjunto das demandas. Critérios como o estágio dos procedimentos de criação, abrangência territorial e histórico recente de acompanhamento e desenvolvimento de atividades estão entre os principais aspectos norteadores nessa definição.

o grande número de demandas nos níveis anteriores. Deverão ser fruto de nova análise quanto à prioridade e/ou pertinência.

d) Indicação de arquivamento ou efetivamente arquivados – 82 processos. Em sua maioria são propostas antigas, que nunca chegaram a ter estudos ou trabalhos em campo realizados, mas que a análise preliminar indica falta de pertinência para a criação de UC, ao menos na esfera federal.

Consultas Públicas

Em 2011 foram realizadas sete consultas públicas para a criação de UCs, a saber:

1. Criação da Resex Litoral Sul de Sergipe (SE)
2. Criação da Resex Areião/Vale do Guará (MG)
3. Criação do Parna da Furna Feia (RN)
4. Criação do Parna Marinho Arquipélago dos Alcatrazes (SP)
5. Criação do RVS de Arembepe (BA)
6. Criação do RVS de Praia do Forte (BA)
7. Ampliação da Flona Araripe-Apodi (CE)

Processos em fase final

A conclusão das atividades inerentes à criação, ampliação e revisão de limites de UCs resultou na instrução final de 13 processos, a saber:

- Propostas de criação - Esec Alto Maués (AM), Parna Furna Feia (RN), Parna Campo dos Padres (SC), Rebio Bom Jesus (PR), Parna Arquipélago dos Alcatrazes, RVS Peixe-boi-marinho (CE/PI) e Flona Araripe Apodi (CE);
- Propostas de redefinição de limites - Parna Amazônia (AM/PA), Flonas Itaituba 1 e 2 (PA), Parna dos Campos Amazônicos (AM/RO), Parna Mapiinguari; e
- Proposta de ampliação - Esec Cuniã (RO).

Reservas Particulares do Patrimônio Natural

Foram criadas 23 RPPN em 2011, totalizando 11.189,07 ha, conforme tabela abaixo:

Nome da RPPN	UF	Área (ha)
RPPN do Caju	SE	763,37
RPPN Veredas do Pratudinho	BA	2.236,80
RPPN Araucárias Gigantes	SC	55,73
RPPN Reserva Canto dos Pássaros	BA	233,74
RPPN Olho de Fogo Redondo	BA	103,73
RPPN Curió	BA	13,39
RPPN Kahena	MG	5,70
RPPN Mico Leão Dourado	RJ	22,17
RPPN Morro Grande	RJ	192,34
RPPN Fazenda Serra do Ribeirão	MG	48,54
RPPN Rio da Barra	BA	144,06
RPPN Grande Floresta das Araucárias	SC	4.018,77
RPPN Reserva da Pousada Graciosa	PR	17,33
RPPN Portal das Nascentes II	SC	3,64
RPPN Reserva da Cultura Permanente	CE	7,62
RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia	SE	10,75
RPPN Nascentes do Rio Tocantins	GO	270,09
RPPN Bico do Javaés	TO	2.760,72
RPPN Belo Monte	CE	15,70
RPPN Pau Terra	GO	6,33
RPPN Alto da Mantiqueira	MG	20,10
RPPN Almirante Renato de Miranda Monteiro	CE	219,93
RPPN Nova Aurora	RO	18,52
TOTAL		11.189,07

Em 2011 foi elaborado e publicado o Roteiro para Criação de RPPN Federa⁴. A publicação fornece orientações básicas para criação de RPPN, bem como para a utilização do Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - SIMRPPN, Módulo Criação.

Elaboração e Revisão de Plano de Manejo:

O plano de manejo é reconhecido em âmbito nacional e internacional como a principal ferramenta para a gestão das unidades de conservação. É por meio desse instrumento que o órgão gestor, com base nas informações consolidadas sobre a UC e seu entorno e na análise estratégica dos ambientes internos e externos da unidade, propõe uma estratégia para a gestão da unidade e manejo sustentável dos recursos naturais. O documento consolida os objetivos específicos de manejo da unidade, bem como o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso do território protegido.

Situação dos planos de manejo nas unidades de conservação federais

Categoria de UC	Status Situação dos Planos de Manejo	
	Com Plano de Manejo	Plano de Manejo em elaboração
Parque Nacional	43	8
Estação Ecológica	9	5
Reserva Biológica	21	4
Refúgio de Vida Silvestre	0	0
Monumento Natural	0	0
UC de proteção integral	73	17
Área de Preservação Ambiental	11	8
Área de Relevante Interesse Ecológico	1	2
Floresta Nacional	21	18
Reserva Extrativista	7	24
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	0	0
UC de uso sustentável	40	52
TOTAL GERAL	113	69
Porcentagem (N=310)	36,5%	22,3%

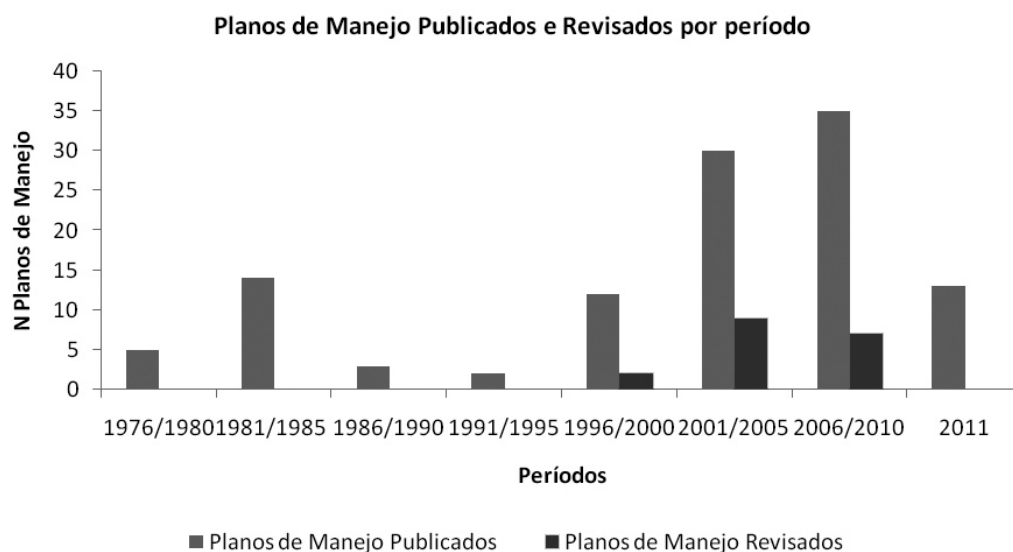
4 _____

Disponível no portal do ICMBio na internet: <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/publicacoes>

Desde a criação do ICMBio, em 28/08/2007, foram publicados 43 planos de manejo de UCs federais sob sua gestão. Considerando que em 2006 havia 286 UCs criadas, os 70 planos de manejo elaborados até dezembro de 2006 correspondiam a aproximadamente 24% das unidades de conservação. Em cinco anos houve acréscimo de 24 unidades e 43 planos de manejo.



A figura abaixo demonstra graficamente a série histórica da elaboração/publicação dos planos de manejo, no período de 1976 a 2011, e mostra que no período após a criação do ICMBio o número de planos de manejo elaborados é significativamente maior do que a média de anos anteriores.



Em 2011 foram publicados 11 planos de manejo das seguintes unidades de conservação:

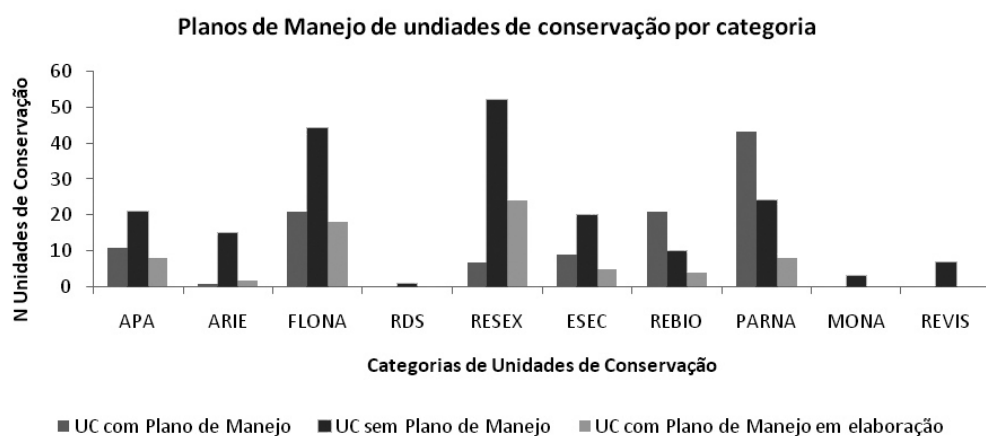
Unidade de conservação	Portaria que aprova o Plano de Manejo
Flona do Jacundá	Portaria nº 40, de 16/06/2011
Flona de Pacotuba	Portaria nº 72, de 02/09/2011
Flona do Jamanxim	Portaria nº 14, de 24/02/2011
Flona do Trairão	Portaria nº 10, de 02/02/2011
Parna do Cabo Orange	Portaria nº 06, de 17/01/2011
Parna do Juruena	Portaria nº 44, de 30/06/2011
Parna dos Campos Amazônicos	Portaria nº 39, de 16/02/2011
Rebio de Serra Negra	Portaria nº 80, de 06/10/2011
Resex do Mandira	Portaria nº 13, de 25/02/2011
Resex do Iriri	Portaria nº 09, de 02/02/2011
Resex Riozinho do Anfrísio	Portaria nº 41, de 29/06/2011

Ainda em 2011, foram analisados e aprovados 6 planos de manejo de RPPN:

RPPN	Portaria que aprova o Plano de Manejo
RPPN Emílio Einsfeld Filho	Portaria nº 51, de 05/07/2011
RPPN Corredeiras do Rio Itajaí	Portaria nº 93, de 18/11/2011
RPPN Fazenda São Benedito	Portaria nº 7, de 17/01/2011
RPPN Serra do Tombador	Portaria nº 101, de 6/12/2011
RPPN Chácara Edith	Portaria nº 79, de 6/10/2011
RPPN Fazenda São Benedito	Portaria nº 7, de 17/01/2011

Em relação às categorias das unidades de conservação, na figura abaixo observamos que, embora UCs de proteção integral apresentem maior número de planos de manejo elaborados, o ICMBio tem empreendido esforço mais intenso na elaboração dos planos de manejo das UCs de uso sustentável, especialmente Flonas e Resex.

Além dos resultados obtidos no incremento dos planos de manejo das unidades de conservação, o ICMBio reiniciou em 2011 a discussão da revisão da proposta metodológica para a elaboração de planos de manejo na perspectiva de tornar os processos mais ágeis e focados nos desafios de gestão das UCs.



Mosaicos e Corredores Ecológicos

Em 2011 o ICMBio apoiou o processo de reconhecimento de 2 mosaicos de unidades de conservação: o Mosaico Carioca (Portaria MMA nº 245, de 11/07/2011) e o Mosaico da Amazônia Meridional (Portaria MMA nº 332, de 25/08/2011). Foram apoiadas oficinas de formação e posse do Conselho do Mosaico da Amazônia Meridional e de planejamento dos Mosaicos Extremo Sul da Bahia e Baixo Rio Negro, além de apoiar tecnicamente a implementação da gestão dos 13 mosaicos formalmente reconhecidos pelo MMA.

Foram reunidas informações relevantes (contato, dimensão, área) e foi organizada toda a documentação relativa aos mosaicos federais reconhecidos pelo MMA (portarias, regimentos internos, planejamentos estratégicos e mapas). Esses documentos estão atualmente disponíveis na internet, em <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/mosaicos-e-corredores-ecologicos/mosaicos-reconhecidos-oficialmente>.

Execução de Projetos - Corredores Ecológicos

Em 2011 o ICMBio trabalhou em 4 projetos de cooperação técnica/financeira internacional voltados para a implementação dos seguintes corredores ecológicos:

Corredor ecológico	Projeto / termo de cooperação
Corredor Ecológico da Região do Jalapão	Cooperação Técnica entre ICMBio e Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA
Corredor Central da Mata Atlântica (BA)	Termo de Cooperação nº 2/2011 entre ICMBio e MMA
Corredor Central da Mata Atlântica (ES)	Termo de Cooperação nº 4/2010 entre ICMBio e MMA
Corredor Central da Amazônia (AM)	Termo de Cooperação nº 6/2011 entre ICMBio e MMA

Um dos produtos da Cooperação Técnica ICMBio/JICA no Corredor Ecológico da Região do Jalapão foi a publicação do Atlas do Corredor Ecológico da Região do Jalapão, disponível na internet, em <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/publicacoes>.

PROTEÇÃO

Desenvolver mecanismos e implementar ações de modo a assegurar a proteção ambiental das unidades de conservação federais.

Objetivos estratégicos relacionados

- Assegurar a proteção e o monitoramento das unidades de conservação federais;
- Consolidar as políticas de formação continuada para os servidores e de gestão de pessoas do Instituto;
- Envolver a sociedade na conservação da biodiversidade.

Quadro de pessoal atuando na proteção ambiental

Em 2011, foram designados 61 novos agentes de fiscalização ambiental, totalizando um quadro de 935 fiscais no Instituto. Considerando a saída de vários servidores da atividade de fiscalização, por aposentadoria, redistribuição, exoneração etc., houve grande esforço institucional para promover aumento de 5% no número de agentes em relação ao ano anterior.

Em referência ao pessoal que atua na proteção das unidades de conservação federais, destacam-se os seguintes dados:

- distribuição de uniformes e formulários controlados a todos os agentes de fiscalização;
- 935 agentes de fiscalização - aumento de 5% em relação a 2010;
- 22 servidores qualificados nas coordenações regionais para o assessoramento e realização dos julgamentos dos processos de autos de infração,
- 1.631 brigadistas - aumento de 37 brigadistas em relação a 2010;
- 102 instrutores, sendo 67 de brigada e 35 de fiscalização ambiental e/ou armamento e tiro.

Logística operacional

No ano de 2011, houve continuidade no processo de emissão de carteiras de fiscalização e portes de arma para os fiscais, após aferição de capacidade psicológica e técnica. Esse procedimento garantiu a identificação funcional dos agentes de fiscalização em operações e o acesso ao uso de armamento.

Houve continuidade também no processo de aquisição e distribuição de material controlado e equipamentos de segurança para os agentes de fiscalização do Instituto, incluindo armamento, munição, coletes balísticos e tecnologias não letais. Diante da responsabilidade institucional de garantir a proteção individual de seus servidores, tal procedimento apresenta como resultado a manutenção da padronização e o incremento da estrutura de segurança nas ações de fiscalização, destacando-se os seguintes dados:

- distribuição de uniformes e formulários controlados a todos os agentes de fiscalização;
- 414 fiscais portando armamento institucional – consider-se que em 2011 houve recolhimento de várias armas de fogo de servidores excluídos da atividade de fiscalização, permitindo acautelamento a novos agentes;
- 727 fiscais com colete balístico acautelado - aumento de 63% em relação a 2010.

Na área de prevenção e combate a incêndios florestais, a estruturação das unidades de conservação federais com brigadas ocorreu, sobretudo, por meio da aquisição e distribuição de veículos e materiais diversos como uniforme, ração operacional, barracas modulares, equipamentos de proteção individual e de combate a incêndios.

Planos de proteção

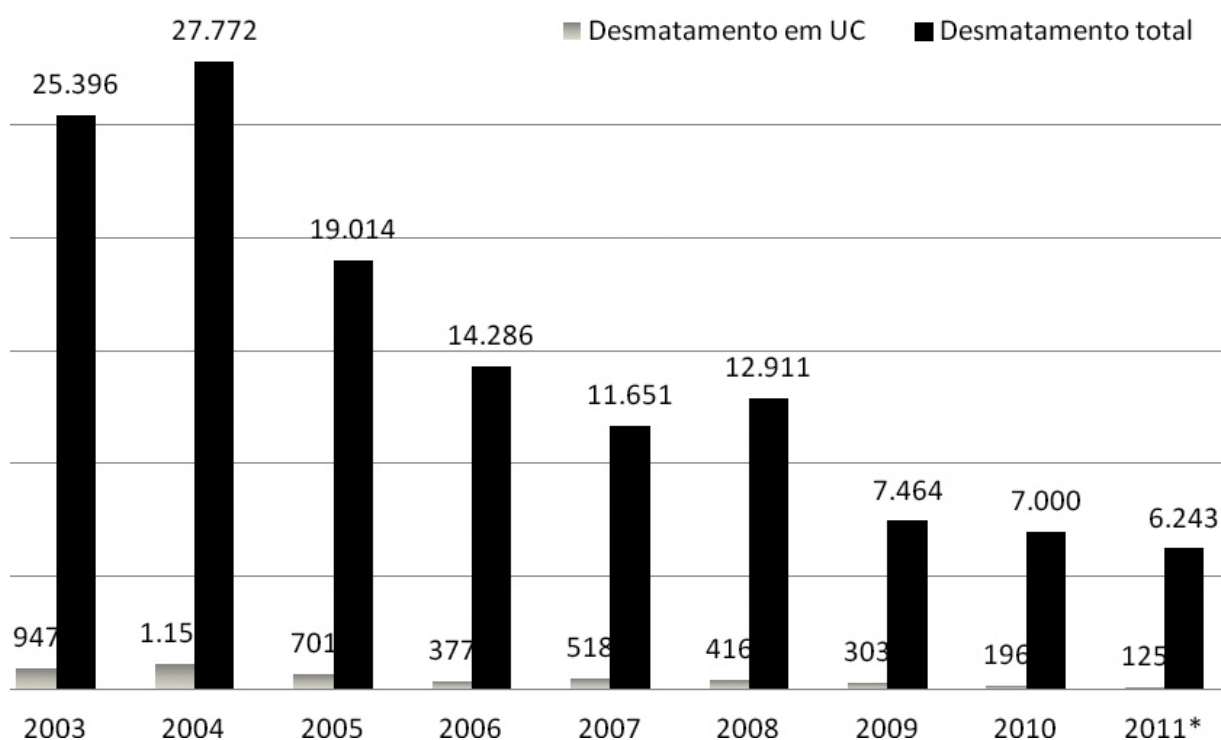
Foram elaborados/revisados em 2011 planos de proteção de 37 UCs federais e realizadas reuniões técnicas para iniciar o processo de elaboração dos planos que serão concluídos em 2012. Essas ações, de caráter continuado, têm como objetivo diagnosticar os principais riscos e ameaças às UCs federais, identificando as prioridades de atuação com foco na proteção ambiental.

Monitoramento ambiental

A estruturação da Sala de Monitoramento e Informações Ambientais permitiu o acompanhamento diário dos focos de calor nas UCs federais, a produção de aglomerados com os focos citados, a elaboração de mapas com os focos de calor durante as épocas críticas, o cálculo de área atingida por incêndios em UCs federais, a elaboração de alertas de desmatamento nas UCs com base no Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal) e no Deter (Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real), bem como o apoio em geoprocessamento às ações de fiscalização e combate a incêndios florestais.

Quanto ao monitoramento da cobertura florestal amazônica, de acordo com os dados do Prodes, pode-se afirmar que a taxa de desmatamento na Amazônia brasileira, especialmente nas UCs, tem diminuído ao longo dos últimos quatro anos. Em 2007, o percentual da área desmatada em UCs federais correspondia a 4,45% do total do bioma. Em 2011, esse percentual representou somente 2,0% da área total desmatada na Amazônia.

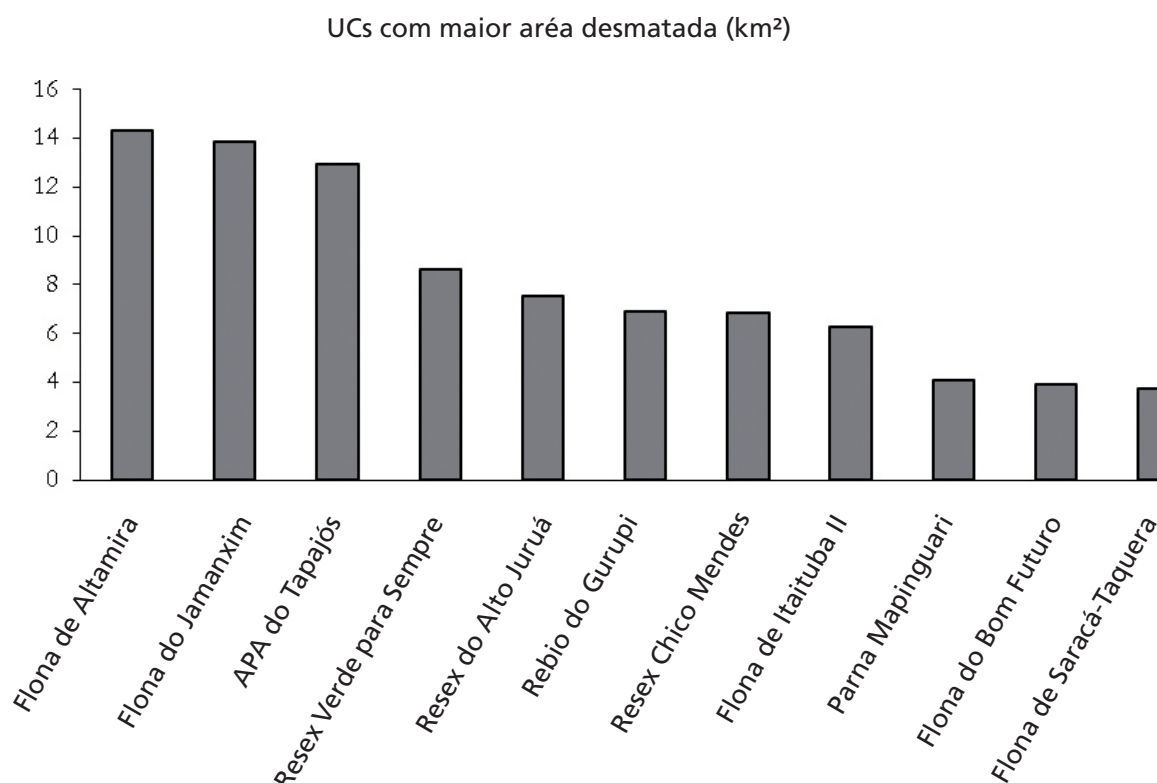
Os dados preliminares do Prodes 2010/2011 indicam que a área total da Amazônia desmatada no período foi de 6.243 km², sendo 125 km² dentro das áreas protegidas, menor taxa registrada desde 2003. Ressalta-se que em várias situações esse dado representa desmatamento autorizado, como a abertura de áreas para roças de populações tradicionais inseridas em UCs de uso sustentável, mineração em áreas permitidas, etc.



Quando comparado com o levantamento anterior, correspondente aos dados Prodes 2009/2010, verifica-se que houve queda de 36,38% no total de área desmatada nas UCs federais.

Foi observado, ainda, que 77% das áreas desmatadas se concentraram em 18 das 48 unidades com registro de desmatamento, quais sejam: Flona Altamira, Flona Jamanxin, Apa Tapajós, Resex Verde para Sempre, Resex Alto Juruá, Rebio Gurupi, Resex Chico Mendes, Flona Itaituba II, Parna Mapinguari, Flona Bom Futuro, Flona Saracá-Taquera, Rebio Nascentes Serra do Cachimbo, Flona Iquiri, Resex Alto Tarauacá, Parna Serra do Divisor, Resex Renascer, Parna Rio Novo e Esec Terra do Meio.

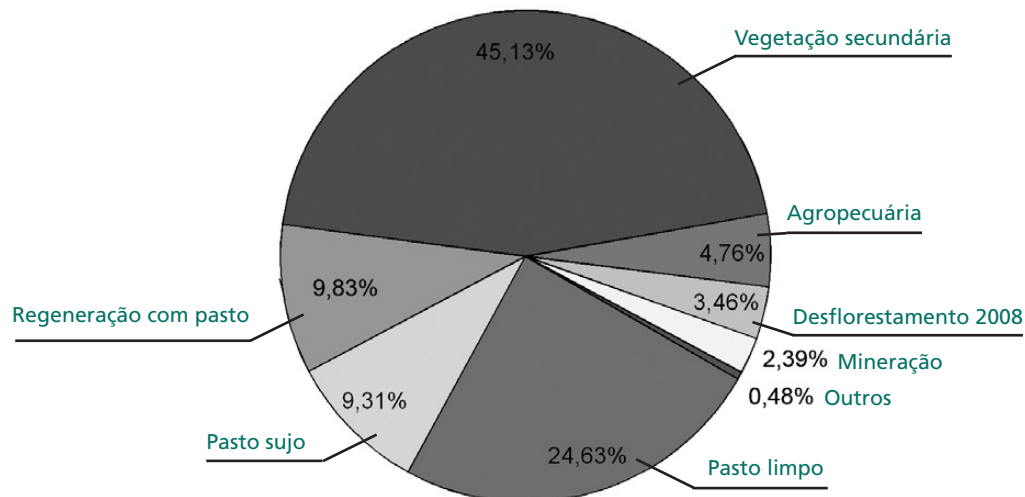
Nas unidades na área de influência da BR 163 foram concentrados 45% do total do desmatamento.



Cabe ressaltar que os dados do Prodes 2010/2011, referentes ao período de julho de 2010 a agosto de 2011, são preliminares, devendo sofrer reanálise mais apurada por parte do Inpe, passível de alterações de valores. A comparação futura com os dados reavaliados pelo Inpe poderá alterar os índices ora apresentados.

Outro dado importante, obtido com base na utilização da ferramenta TerraClass, consiste na conclusão de que 55% das áreas desmatadas até 2008 encontram-se atualmente em regeneração, sendo 45,13% na forma de vegetação secundária e regeneração com pasto. Este dado demonstra que as ações de fiscalização ocorridas impediram a reimplantação de novas práticas de uso intensivo em grande parte da área desmatada, permitindo a sua recuperação.

Situação atual das áreas desmatadas identificadas no TerraClass nas UCs federais (857.000 ha)



Fiscalização ambiental

Foram realizadas, no ano de 2011, 373 operações de fiscalização em 157 UCs localizadas em todas as regiões do país, envolvendo 3.170 profissionais, entre servidores e parceiros, sendo que 52% do pessoal envolvido são do quadro do ICMBio, 31% das polícias militares estaduais, 9% das brigadas de combate aos incêndios, 4% do Ibama, e o restante distribuído entre a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército Brasileiro, Força Nacional de Segurança Pública, órgãos estaduais de Meio Ambiente, e ainda agentes municipais.

Essas operações tiveram o objetivo de combater os crimes e infrações ambientais relacionados, principalmente, com desmatamento e extração ilegal de madeira e de outros subprodutos florestais; caça e coleta de animais silvestres; pesca ilegal, irregular e não reportada/defeso; garimpo e extração mineral; plantação irregular de transgênicos; ocupação irregular (invasão). Outros impactos que causam danos às áreas protegidas também foram objeto das ações de fiscalização, como irregularidades no uso público (turismo/visitação); criação de animais domésticos, piscicultura, carcinocultura; biopirataria; agricultura de pequeno porte; acesso às UCs; queimada; áreas embargadas; uso irregular de agrotóxico; linhas de transmissão de energia, entre outros.

Em relação aos anos de 2009 e 2010, houve aumento na quantidade de operações e no número de UCs que realizaram ações de fiscalização. Em 2010, ocorreram 242 operações em 125 UCs federais; em 2011, foram realizadas 373 operações em 157 UCs federais. Cabe destacar que a concentração dos esforços no combate ao desmatamento ocorreu no bioma Amazônia. Das 157 UCs que realizaram operações de fiscalização, 98 estão localizadas na Amazônia Legal.

Essa priorização também pautou a atuação da Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais – CICCIA, criada em maio de 2009 por meio de portaria interministerial (Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça), agregando instituições responsáveis pelas ações de comando e controle na área ambiental, como o ICMBio, Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional, Agência Brasileira de Inteligência, Exército Brasileiro, Funai, entre outras.

Nesse contexto, destacam-se as ações de proteção das UCs na área de influência da rodovia BR 163, incluindo a Terra do Meio, num total de 19 áreas federais protegidas que somam cerca de 15 milhões de hectares de florestas e rios. No ano de 2011, o ICMBio realizou uma série de operações com o objetivo de combater a exploração ilegal de madeira nessas áreas. As ações se concentraram no Parna Jamanxim, Flona Trairão, Resex Riozinho do Anfrísio, Rebio Nascentes da Serra do Cachimbo, Parna da Amazônia, Parna Serra do Pardo e Esec Terra do Meio. Nessas operações, cerca de 7 mil m³ de madeira em tora e serrada forma apreendidas, além de maquinário e equipamentos utilizados para extração da madeira, como tratores, caminhões, caminhonetes, motocicletas, serrarias, etc. Uma das principais dificuldades que tem sido encontrada é a logística para retirada das máquinas, equipamentos e da madeira apreendidos na floresta.

Ainda na Amazônia, o ICMBio manteve operações de fiscalização permanentes na Rebio Gurupi (MA), Flona Bom Futuro (RO), Rebio Abufari (AM), Rebio Jarú (RO), em função das bases operacionais existentes nessas unidades.

No que se refere à fiscalização no mar, o Programa de Rastreamento das Embarcações por Satélite - Preps, que identifica a atuação dos barcos maiores que 15 metros ao longo do mar territorial, possibilitou apontar as UCs que sofrem mais pressão da frota industrial, especialmente por pesca de cerco e arrasto de fundo. Essas unidades estão localizadas nos estados do Rio Grande do Sul (Parna Lagoa do Peixe), Santa Catarina (Rebio Arvoredo e APA Baleia Franca), São Paulo (Esec Tupiniquins), Rio de Janeiro (Resex Arraial do Cabo, Monumento Natural das Cagarras, Esec Tamoios), Pará e Amapá (Parna Cabo Orange).

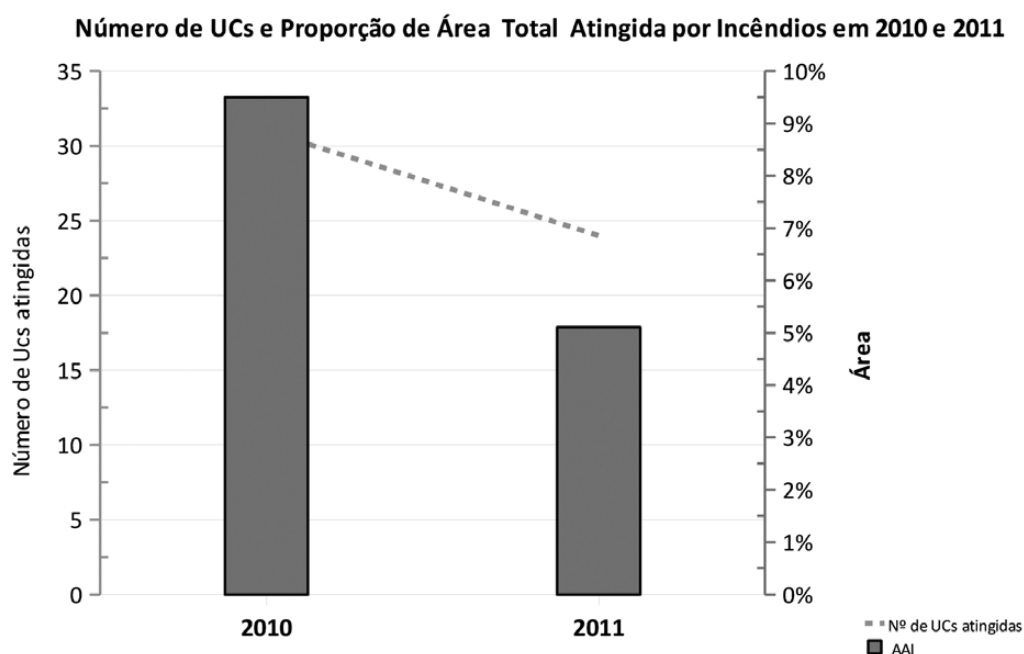
Atenção especial também foi dada à APA do Planalto Central (DF) em função da decisão judicial referente à Ação Civil Pública nº 2008.34.00.025634-3, de autoria do Ministério Público Federal, na qual figuram como réus ICMBio, Ibama, Cia. Imobiliária de Brasília – Terracap, e Governo do Distrito Federal – GDF. Em 2008, a 20ª Vara da Justiça Federal/DF proferiu decisão liminar que impediu a realização de obras ou intervenções na área, visando inibir qualquer iniciativa de continuidade de ocupação especulativa e o avanço de danos ambientais. Neste sentido, as operações de fiscalização do ICMBio na área geraram 78 notificações; 136 autos de infração foram lavrados; 74 lotes embarcados; 17 obras construídas nas áreas de preservação permanente tiveram indicada sua demolição; 200 panfletos informativos foram entregues nas áreas vistoriadas.

Prevenção e combate a incêndios florestais

O ano de 2011, diferentemente de 2010, caracterizou-se por um período seco mais curto e úmido, o que refletiu na redução do número de focos de calor e da área atingida por incêndios nas UCs federais, quando comparado ao ano anterior.

Outro fator que contribuiu para a diminuição da área atingida por incêndios foi a redução do acúmulo de biomassa provocado pelos incêndios ocorridos em 2010.

Além disso, foi preponderante o aumento na eficiência das ações de prevenção e combate a incêndios florestais do ICMBio como: estruturação das bases operativas e de protocolos de ajuda mútua, aumento do efetivo de brigadistas contratados, aquisição de equipamentos de combate e transporte, redistribuição do efetivo contratado entre as UCs, etc.



No intento de minimizar os efeitos dos incêndios, foram realizadas as seguintes ações:

prevenção – Em 2011 foram construídos 1.879 km de aceiros, 395 km (21%) a mais que em 2010, em 37 UCs federais;

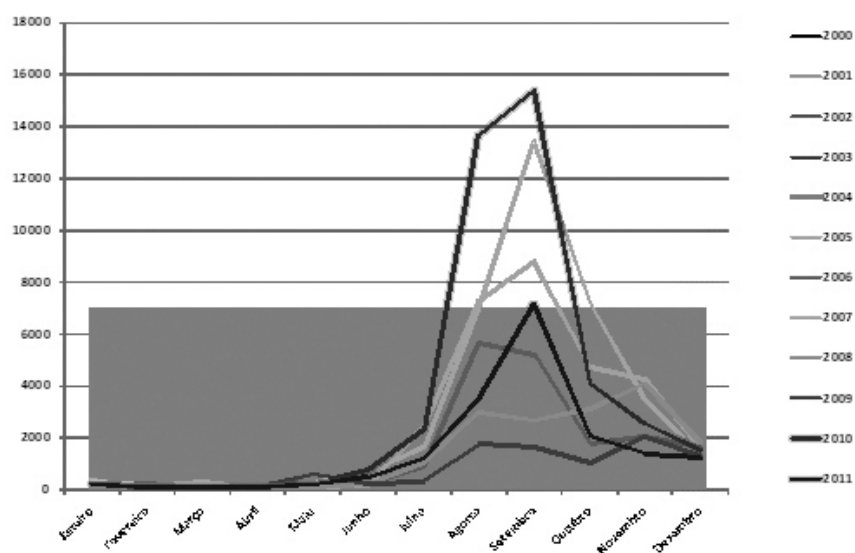
- capacitação e contratação de brigadistas - foram capacitados aproximadamente 3.000 brigadistas em 102 cursos. Desse total, foram contratados 1.631 brigadistas em 98 unidades. Vale ressaltar que algumas UCs federais buscaram capacitações alternativas, inclusive para geração de renda, em educação ambiental, condutores de visitantes e para botânicos brigadistas e ex-brigadistas. Iniciaram-se também discussões para a busca de alternativas ao uso

do fogo nas UCs do Estado do Acre com vistas a atender a ação civil pública que visa o fogo zero naquele estado.

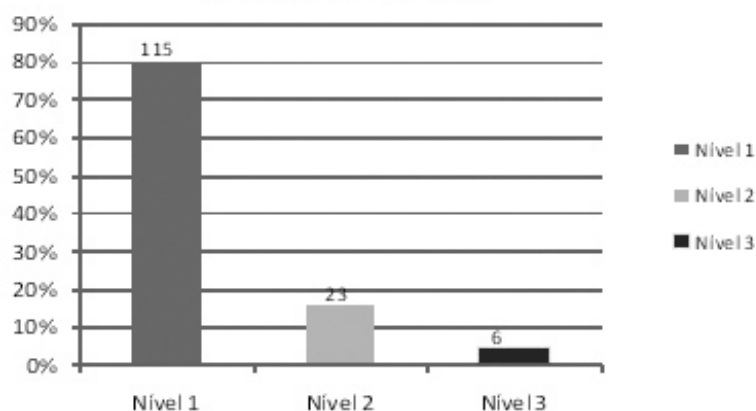
- contratação de aeronaves para apoio às ações de monitoramento de combate a incêndios florestais - foram acionados 6 aviões-tanque (airtractor), 1 helicóptero e 2 aviões de monitoramento;
- implementação de brigadas voluntárias - no biênio 2010/2011, as UCs federais que desenvolveram atividades com brigadas voluntárias foram: Parna da Serra do Cipó, Parna da Serra da Canastra, Parna de Itatiaia, Parna da Serra dos Órgãos, Parna da Chapada Diamantina, Parna do Caparaó, Parna de Brasília, Esec de Iquê e Esec Serra Geral do Tocantins;
- aquisição e distribuição de equipamentos - foram adquiridos equipamentos de proteção individual tanto para os brigadistas contratados quanto para os brigadistas voluntários inscritos no programa de voluntariado. Outros referem-se a combate, tais como mangueiras, bombas costais, abafadores, tanques flexíveis de 11 mil litros, equipamentos de apoio a combate aéreo, jipes e caminhões para transporte de brigadistas, motobombas e torres fixas de observação;
- estruturação de duas bases operativas de prevenção e combate a incêndios florestais, uma no Parna do Descobrimento e uma na Esec Serra Geral do Tocantins, que se somaram às criadas em 2010, apoiando as ações de todo o sistema de prevenção e combate a incêndios florestais do ICMBio;
- elaboração e aprovação de projeto para estruturação das ações de prevenção e combate a incêndios florestais na base operativa da Esec Serra Geral do Tocantins, juntamente com o MMA, Ibama e Inpe, no âmbito da cooperação bilateral Brasil/Alemanha;
- elaboração de relatórios técnicos de identificação de causa e origem de incêndios florestais - foram realizadas vistorias/perícias na Esec Serra Geral do Tocantins, na RVS Veredas do Oeste Baiano, na APA Morro da Pedreira, no Parna Serra do Cipó e no Jardim Botânico de Brasília. Além disso, dois incendiários foram vistos em flagrante no Parna Nascentes do Rio Parnaíba. Vários mecanismos de ignição foram encontrados, indicando fogo criminoso, nas unidades: Parna dos Campos Amazônicos, Parna Chapada dos Guimarães, Parna Itatiaia, Parna Grande Sertão Veredas. Em diversas UCs foram avistados incendiários, mas não foi possível sua identificação, como na Flona de Brasília e no Parna Itatiaia.

Conforme o gráfico a seguir, percebe-se que a quantidade de focos de calor no interior das UCs federais apresenta números próximos à média, diferentemente do ocorrido em 2010, 2007 e 2005.

Focos de calor no interior de UCs federais no período de 2000 a 2011.



Considerando o monitoramento por focos de calor, em 2011 foram identificadas 144 UCs federais com incidência de focos. Nesses casos, 115 unidades conseguiram controlar os incêndios por meio de esforços locais e evitar que área ainda maior fosse atingida, 23 necessitaram de apoio das bases operativas, e apenas 6 necessitaram de apoio nacional.

Proporção dos Níveis de Combate aos Incêndios em 2011
(de agosto a dezembro).


Cabe destacar que a estrutura organizada pelo ICMBio para as ações de prevenção e combate a incêndios, auxiliada pelas questões climáticas, possibilitou, além de melhor eficiência nas ações de prevenção e combate no interior da unidades, apoiar instituições parceiras, com destaque Funai, UCs estaduais do Estado de Minas Gerais, RPPNs e o Jardim Botânico de Brasília.

MANEJO PARA CONSERVAÇÃO

Desenvolve ferramentas de gestão da biodiversidade voltadas para a redução do impacto de diversas atividades humanas sobre as espécies.

Objetivos estratégicos relacionados

- Implementar a estratégia de conservação de espécies ameaçadas;
- Reduzir o risco de extinção de espécies.

Resumo dos resultados institucionais relacionados

O Brasil é responsável pela gestão do maior patrimônio de biodiversidade do mundo. São mais de 120 mil espécies de animais que ocorrem no território nacional: mais de 100 mil de invertebrados e aproximadamente 8.200 de vertebrados (713 mamíferos, 1.833 aves, 732 répteis, 877 anfíbios, 2.800 peixes continentais e 1.300 peixes marinhos), das quais 627, atualmente, estão listadas como ameaçadas de extinção.

Evitar o aumento do número de espécies ameaçadas de extinção e preservar as já ameaçadas é uma obrigação do poder público e da sociedade.

O ICMBio atua para a melhoria do estado de conservação das espécies brasileiras, utilizando três ferramentas integradas:

- avaliação do estado de conservação das espécies;
- identificação de cenários de risco de perda de biodiversidade; e
- definição e implementação de planos de ação nacionais.

Esse trabalho é executado pelo ICMBio por meio de seus centros nacionais de pesquisa e conservação e conta com o apoio do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade - Probio II.

A avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira identifica o grau de risco de extinção das espécies, segundo os critérios e categorias da União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - UICN, as principais ameaças e as áreas importantes para a manutenção das espécies. Dessa forma subsidia a revisão da lista nacional de espécies ameaçadas de extinção e o estabelecimento de ações necessárias à proteção da fauna brasileira.

Em 2011, foram realizadas 13 oficinas para avaliação do estado de conservação das espécies da fauna brasileira, que contaram com a participação de 221 especialistas e resultaram na avaliação de 1.668 espécies (quadro abaixo), o que totaliza 2.302 espécies avaliadas, ou seja, 23% da meta estabelecida para 2014.

Grupo taxonômico	Oficinas	Táxons avaliados
Aves	2	398
Lepidóptera	1	82
Anelídeos	1	3
Mamíferos aquáticos	1	54
Elasmobrânquios	1	91
Anfíbios	2	539
Crocilianos	1	6
Peixes marinhos	2	187
Peixes continentais	1	280
Carnívoros	1	28
Total	13	1.668

Nesse ano, foi publicado o primeiro número da revista eletrônica Biodiversidade Brasileira com o resultado da avaliação das tartarugas marinhas⁵.

O trabalho de identificação de cenários de risco de perda de biodiversidade visa a ordenar a informação para compatibilizar o desenvolvimento dos investimentos nacionais com a proteção da fauna brasileira e que deverá ser utilizado para o planejamento setorial e para subsidiar o licenciamento ambiental.

Em 2011 também foi publicado o Atlas da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção em Unidades de Conservação Federais⁶, que organizou as informações para identificar o percentual de espécies ameaçadas protegidas nas UCs federais. O trabalho concluiu que 50% dessas espécies têm registro de ocorrência nas UCs federais.

5 _____

Disponível no portal do ICMBio na internet: <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/pesquisa-e-monitoramento/revistas-cientificas>

6 _____

Disponível na internet: <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/publicacoes>

Os Planos de Ação Nacionais (PANs) são documentos oficiais do governo brasileiro que orientam as ações prioritárias para inibir as ameaças que põem em risco populações de espécies da fauna. As ações abrangem interferência em políticas públicas, desenvolvimento de conhecimento específico, sensibilização de comunidades e controle da ação humana.

Essas ações são pactuadas com atores locais ou que tenham algum tipo de interferência sobre o estado de conservação da espécie, presentes à oficina de elaboração do PAN, visando reverter o grau de ameaça no qual a espécie se encontra. As ações são realizadas pelo ICMBio e os parceiros identificados no plano. A monitoria da implementação das ações é coordenada e promovida pelo Instituto anualmente.

No que tange à meta do ICMBio de ter até 2014 todas as espécies da fauna ameaçada de extinção contempladas em planos de ação, já em 2011, foram realizadas 29 oficinas, com a participação 732 pessoas e o envolvimento de 263 instituições, o que resultou na elaboração dos seguintes PANs:

- Sauim-de-coleira;
- Passeriformes dos Campos Sulinos e Espinilho;
- Aves da Caatinga;
- Primatas do Nordeste;
- Espécies Endêmicas e Ameaçadas de Extinção da Fauna da Região do Baixo e Médio Xingu;
- Ecossistema Mogi, Pardo e Grande;
- Répteis e Anfíbios Ameaçados da Região Sul do Brasil;
- Répteis e Anfíbios Ameaçados de Extinção na Serra do Espinhaço;
- Onça-parda,
- Ararinha-azul; e
- Patrimônio Espeleológico nas Áreas Cársticas da Bacia do Rio São Francisco.

Os 11 planos abordam 65 novas espécies da fauna, totalizando 206 ameaçadas de extinção com PAN, o que significa 33% da meta para 2014. Em relação à flora, foi produzido o PAN para Conservação de Sempre-vivas.

Foram lançadas em 2011 as seguintes publicações relacionadas aos Planos de Ação Nacionais:

Sumários Executivos de Planos de Ação Nacionais⁷

- PAN Albatrozes e Petréis
- PAN Muriqui (português e inglês)
- PAN Sirênios
- PAN Lepidópteros
- PAN Grandes Cetáceos e Pinípedes
- PAN Pequenos Cetáceos
- PAN Soldadinho-do-araripe
- PAN Onça-pintada
- PAN Papagaios da Mata Atlântica
- PAN Herpetofauna Insular
- PAN Cervídeos
- PAN Mamíferos da Mata Atlântica Central (português e inglês)
- PAN Tartarugas Marinhas (português e inglês)
- PAN Ariranha
- PAN Lobo-guará
- PAN Toninha
- PAN Primatas do Nordeste
- PAN Sauim-de-coleira (português e inglês)
- PAN Cactáceas
- PAN Sempre-vivas
- PAN Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul

⁷ _____

Disponíveis na internet: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/lista-planos-de-acao-nacionais>

Livros de Planos de Ação Nacionais

- Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Muriquis
- Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sirênios
- Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Lepidópteros
- Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Grandes Cetáceos e Pinípedes
- Plano de Ação Nacional para a Conservação do Soldadinho-do-araripe
- Plano de Ação Nacional para a Conservação das espécies aquáticas ameaçadas de extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul
- Plano de Ação Nacional para a Conservação do Ouriço-preto
- Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Pequenos Cetáceos
- Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Papagaios da Mata Atlântica
- Plano de Ação Nacional para a Conservação da Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção
- Plano de Ação Nacional para a Conservação das Cactáceas
- Plano de Ação Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas

Além disso, foram desenvolvidos pelos centros de pesquisa e conservação do ICMBio 37 projetos para implementação dos Planos de Ação Nacionais existentes, com os seguintes destaques:

PAN Tartarugas Marinhas

Sob coordenação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas - Tamar

O PAN Tartarugas Marinhas tem como objetivo o aprimoramento de ações de conservação e pesquisa direcionadas à recuperação e sobrevivência das cinco espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil, em níveis saudáveis capazes de exercer seus papéis ecológicos.

Em 2011 foram monitorados 1.100 km de praias no continente e ilhas oceânicas, protegidos cerca de 22.100 ninhos, que garantiram a liberação ao mar de 1.200.000 filhotes. O monitoramento destas áreas registrou 5.100 animais encalhados mortos, entre as fases de vida juvenil e adulta. Encalharam também 643 tartarugas vivas, sendo que dessas, 203 indivíduos foram reabilitados e devolvidos ao mar.

Estudos de captura e recaptura intencionais, visando o levantamento de dados demográficos, aconteceram em Vitória (ES), Praia do Forte (BA) e Fernando de Noronha (PE), tendo sido amostrados 1.110 animais. O Plano de Interação Tartaruga Marinha e Pesca monitorou 14 cruzeiros, nos quais registrou-se a captura incidental (by catch) de 390 indivíduos de tartarugas marinhas.

Os resultados apontam para uma continuidade na tendência de crescimento no número de ninhos das espécies *Caretta caretta*, *Lepidochelys olivacea* e *Eretmochelys imbricata*, além da continuidade na estabilidade do número de ninhos de *Chelonia mydas* nas ilhas oceânicas. Mesmo com o registro de número reduzido de ninhos da espécie *Dermochelys coriacea*, esta também continua apresentando discreta tendência de crescimento. O aumento de encalhes de indivíduos subadultos e adultos de *Caretta caretta*, inclusive de fêmeas marcadas em áreas de reprodução, apontam para uma área crítica para conservação da espécie no Rio Grande do Sul. As tendências de aumento e estabilidade no número de ninhos das tartarugas marinhas dependem das ações de conservação que vêm sendo desenvolvidas há mais de 30 anos.

PAN Grandes Cetáceos

Sob coordenação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos - CMA

O PAN Grandes Cetáceos tem como objetivo geral reduzir o impacto antrópico e ampliar o conhecimento sobre grandes cetáceos e pinípedes no Brasil, nos próximos dez anos.

Em 2011, o ICMBio participou em mais de 40 ações deste Plano, com destaque para a participação do Brasil no Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia - CIB e em fórum da CIB para estabelecimento de um plano de ação internacional para conservação das baleias francas (*Eubalaena australis*) em países da América do Sul que compartilham a mesma população do Brasil; estudos sobre a biologia da conservação de baleias francas austrais (*Eubalaena australis*) em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Projeto Cetáceos do Talude Continental do Sudeste-Sul do Brasil, sobretudo com o cachalote - *Physeter macrocephalus*; investigação sobre movimentos, rotas migratórias, áreas de alimentação e impacto de fontes sonoras de origem antrópica para baleias jubarte (*Megaptera novaeangliae*) em Fernando de Noronha; censo aéreo de pinípedes no Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos (RS).

PAN de Pequenos Cetáceos

Sob coordenação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos - CMA

O PAN Pequenos Cetáceos tem como objetivo reduzir o impacto antrópico e ampliar o conhecimento sobre pequenos cetáceos no Brasil nos próximos cinco anos.

Foram executadas mais de 36 ações previstas no PAN de Pequenos Cetáceos com destaque para a implantação da Rede de Encalhe de Mamíferos Aquáticos do Brasil (Remab), a consolidação das Redes

regionais de encalhe (Remasul, Remase, Remane, Remanor); participação na CIB; investigação dos parâmetros de história de vida, estimativa de abundância, padrões de distribuição de populações residentes e avaliação e monitoramento do impacto do turismo sobre *Stenella longirostris* em Fernando de Noronha; avaliação e monitoramento do impacto da pesca às espécies costeiras, definição dos parâmetros populacionais com ênfase em *Sotalia guianensis* e *Tursiops truncatus*, em Santa Catarina; avaliação de lesões de pele em *Tursiops truncatus*, em Santa Catarina; filogeografia de *Sotalia guianensis* e *Steno bredanensis* no Atlântico Sul-Occidental; avaliação dos principais impactos antrópicos nas populações residentes de Boto-vermelho (*Inia geoffrensis*) na Bacia do Rio Negro, e elaboração de proposta de normatização do turismo com botos na Amazônia.

PAN da Toninha

Sob coordenação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos - CMA

O PAN da Toninha tem como objetivo evitar o declínio populacional da *Pontoporia blainvillei* na sua área de ocorrência no Brasil.

Em 2011 foram executadas mais de 20 ações previstas no PAN da Toninha, entre elas a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Encalhe; implantação da Rede de Encalhe de Mamíferos Aquáticos do Sudeste (Remase); a normatização da proposta de mapeamento das áreas de restrição/exclusão de atividades/empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental em áreas de ocorrência da toninha (Instrução Normativa Conjunta ICMBio-Ibama no 2/2011); realização de levantamentos aéreos para determinar e refinar a estimativa de abundância de toninhas; avaliação do impacto da pesca em cetáceos de Santa Catarina e atividades de sensibilização e divulgação da toninha.

PAN Sirênios

Sob coordenação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos - CMA

O PAN Sirênios tem como objetivo aumentar o conhecimento do status de conservação do peixe-boi-amazônico (*Trichechus inunguis*), combater a retirada de espécimes da natureza e melhorar o status de conservação do peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*), nos próximos cinco anos.

Em 2011 foram executadas mais de 50 ações previstas no PAN, com destaque para: a realização de capacitação de equipe para aprimoramento de diagnóstico da causa de morte de peixe-boi marinho; a estruturação e o fortalecimento da Rede de Encalhes de Mamíferos Aquáticos do Brasil (Remab); criação da Rede de Encalhes da Região Norte (Remanor); publicação de Instrução Normativa com áreas de restrição temporárias e permanentes para atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos em áreas de ocorrência do peixe-boi marinho (Instrução Normativa Conjunta ICMBio-Ibama no 2/2011); estudos sobre os aspectos biológicos da espécie (variabilidade genética, fluxo gênico e hibridização, ecologia alimentar e dinâmica populacional); investigação dos fatores que influenciam

os encalhes da espécie; expansão do monitoramento sistemático de encalhes no litoral nordeste; investigação dos impactos do turismo de observação de peixes-boi e da atividade petrolífera; aprimoramento do sistema de marcação individual e de telemetria, realização de soltura de animais reabilitados e monitoramento dos peixes-boi reintroduzidos.

Para o peixe-boi-amazônico destaca-se a criação e implementação de protocolo de resgate e elaboração de projetos para a reintrodução da espécie e a realização do Projeto Peixe-boi-amazônico: Pesquisa e Conservação no Mosaico de Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro, que mapeou áreas de ocorrência da espécie, identificou plantas da dieta, desenvolveu um protocolo preliminar para estimativa populacional, e realizou diferentes atividades de sensibilização ambiental.

PAN Herpetofauna Insular Ameaçada de Extinção

Sob coordenação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios - RAN

O PAN - Herpetofauna Insular tem como objetivo estabelecer medidas para a proteção e recuperação do ambiente e das espécies de répteis e anfíbios ameaçados de extinção em ilhas marinhas localizadas no litoral do Estado de São Paulo. As ações estão focadas em quatro linhas temáticas: políticas públicas, educação ambiental, pesquisa científica e conflitos. Tem como espécies alvo as serpentes jararaca-ilhoa (*Bothrops insularis*), jararaca-de-alcatrazes (*Bothrops alcatrazes*) e dormideira-da-ilha-da-Queimada-Grande (*Dipsas albifrons* cavalheiroi) e uma perereca, a perereca-de-Alcatrazes (*Scinax alcatraz*).

Em 2011, foram realizadas duas expedições de campo que levantaram informações sobre as espécies alvo do PAN (3 indivíduos de *Bothrops alcatrazes*, 34 de *Bothrops insularis*, 1 de *Dipsas albifrons* e vários de *Scinax alcatraz*), capacitadas 46 pessoas para difusão de ações de educação ambiental para sensibilização da comunidade local quanto a importância da conservação das espécies e elaborados materiais de divulgação.

PAN para a Conservação de Albatrozes e Petréis

Sob coordenação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - Cemave

O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Albatrozes e Petréis tem como objetivo geral assegurar a viabilidade das colônias reprodutivas de *Procellariiformes* em território brasileiro, reduzir a captura incidental de aves pela pesca com espinhel a níveis mínimos iguais ou inferiores a 0,001 ave/1000 anzóis.

Desde a publicação do plano, vários avanços foram alcançados em prol da conservação de albatrozes e petréis. Em 2011 foi realizada monitoria do PAN, publicado o sumário executivo e foram desenvolvidas diversas ações pelos parceiros, em especial pelo Projeto Albatroz, coordenador do plano. Cabe destacar a publicação da Instrução Normativa Interministerial nº 4/2011, que trata

da captura incidental de aves marinhas pelo espinhel pelágico (notadamente pescarias de meca e atum), os testes com métodos de redução da captura incidental das aves e os estudos com as aves nas ilhas oceânicas.

PAN Arara-azul-de-lear

Sob coordenação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - Cemave

O Plano de Ação Nacional para a Conservação da Arara-azul-de-lear tem como objetivo assegurar permanentemente a manutenção das populações de *Anodorhynchus leari* em sua área de ocorrência original, garantindo a integridade de seu habitat e a sua proteção na natureza, além do manejo das aves em cativeiro como uma única população, visando o crescimento populacional viável.

Em 2011 foi realizada reunião para revisão do Plano de Ação. Importantes conquistas foram alcançadas a partir das ações de conservação e da implementação deste plano publicado em 2006: 69% das ações foram realizadas, contribuindo para o aumento da população da espécie na natureza, e, entre outros resultados, para a melhoria da categoria de risco de extinção, passando de “criticamente em perigo” (CR) para “em perigo” (EN).

Na segunda edição do Plano de Ação Nacional para a Conservação da Arara-azul-de-lear foram incorporadas, de forma inovadora, ações de conservação e manejo sustentável do principal item alimentar da espécie, os cocos da palmeira licuri (*Syagrus coronata*).

PAN Mamíferos da Mata Atlântica Central

Sob coordenação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros - CPB

O PAN tem como objetivo incrementar a viabilidade de 23 táxons de mamíferos ameaçados de extinção da mata atlântica central, como *Leontopithecus rosalia* e *Leontopithecus caissara*, com a reversão do declínio populacional e ampliação da extensão, conectividade e qualidade de seus habitats em áreas estratégicas dentro de cinco anos.

Entre os principais avanços, pode-se destacar as ações voltadas ao controle de espécies invasoras, especialmente de primatas. O projeto Manejo Experimental para o Controle de Primatas Invasores testou e desenvolveu métodos de esterilização para os táxons que geram maior impacto, o *Callithrix* e o *Cebus*. Além disso, por meio desse projeto e juntamente com instituições parceiras, foi realizado o planejamento da ação para remoção da população alóctone de micos-leões-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) de Niterói (RJ), que apresenta potencial invasor sobre outro primata ameaçado de extinção, o nativo mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*).

PAN Muriquis

Sob coordenação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros - CPB

O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Muriquis (*Brachyteles hypoxanthus* e *Brachyteles arachnoides*) tem como objetivo aumentar o conhecimento e a proteção das populações de muriquis para reduzir genuinamente (sensu IUCN) em um nível sua categoria de ameaça de extinção, até 2020.

Nesse ano foi concluído o primeiro estudo sobre diversidade genética das populações do miqui-do-sul (*Brachyteles arachnoides*). Em conjunto com os parceiros, foram estabelecidos os protocolos para implementação das metas de quantificação e monitoramento das populações remanescentes das espécies.

PAN Lobo-guará

Sob coordenação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros - Cenap

O Plano de Ação Nacional para a Conservação do Lobo-guará tem o objetivo de reduzir a categoria de ameaça em toda área de distribuição pela minimização dos problemas à sua conservação.

Em 2011 foram realizadas pesquisas alinhadas ao referido plano de ação a fim de se ter maior efetividade na conservação da espécie. O projeto Avaliação do Uso de Paisagens Antropizadas por Canídeos Silvestres Ameaçados - Lobo-guará capturou um novo casal de lobos na região da Serra da Canastra, que desde então vem sendo monitorados com os demais nove animais acompanhados desde 2007. As informações apontam para o uso com maior frequência de ambientes preservados do cerrado, mesmo nas áreas de alta utilização pelo ser humano, pela utilização de áreas de mosaicos de campos nativos com pouca utilização de plantios de café, milho e cana-de-açúcar e quase nula em áreas de pastagem. Foi detectada também uma grande divisão de territórios entre machos e fêmeas, com maior sobreposição na área de borda do Parna da Serra da Canastra do que no entorno (a 10 km em linha reta da divisa da UC). Isso indica maior ocupação de áreas por animais ocorrentes em UCs e seu entorno imediato e tolerância entre eles na sua ocupação, devido a maior disponibilidade de recursos paisagísticos e alimentares.

PAN Onça-pintada

Sob coordenação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros - Cenap

O PAN Onça-pintada visa reverter o declínio populacional em cada bioma e reduzir sua categoria de ameaça.

No ano de 2011, foi desenvolvido o Projeto Ecologia e Conservação da Onça-pintada (*Panthera onca*) e da Onça-parda (*Puma concolor*) no Brasil, cujas atividades incluíram estimativas de densidade populacional, avaliações da disponibilidade de sua dieta, avaliações de sua ecologia espacial e relações destas com ocorrências de conflitos com a população humana e ainda avaliações dos aspectos socioculturais da perseguição às onças-pintadas em comunidades. As ações foram implementadas em áreas da Mata Atlântica - Parna do Iguaçu, Parques Estaduais de Carlos Botelho, Intervales e Petar; do Cerrado - Parna Grande Sertão Veredas e município de Bataguassu, da Caatinga - região do Boqueirão da Onça; e do Pantanal - Parna do Pantanal Matogrossense e Esec Taiamã (MT) e Refúgio Ecológico Caiman (MS).

PAN Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul

Sob coordenação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais - Cepta e Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios - RAN

O PAN Paraíba do Sul tem como objetivo recuperar e manter as espécies aquáticas ameaçadas de extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul, que compreende os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, totalizando 55.300 km² de extensão. A Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul é uma das mais importantes e impactadas do país, contém nove espécies ameaçadas de extinção, sendo cinco de peixes, uma de quelônio e três de crustáceos.

Até o momento, como principais resultados atingidos há os estudos genéticos desenvolvidos com o surubim-do-paraíba, o inventário da ictiofauna no Alto Paraíba do Sul, o monitoramento do cága-do-de-hogei (*Mesoclemmys hogei*) e a aprovação pelo Comitê Integrador das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul - Ceivap de uma proposta para a construção de uma rede de monitoramento biológico dos ecossistemas aquáticos em trechos da bacia.

PESQUISA E MONITORAMENTO

Fomentar e gerar conhecimento para a conservação da biodiversidade e gestão de unidades de conservação, por meio da execução de pesquisas, para responder a demandas específicas, e por meio da geração contínua de informações sobre a biodiversidade, visando o monitoramento do seu estado de conservação.

Objetivos estratégicos relacionados

- Ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade;
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas;
- Aumentar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços ofertados pelo Instituto;
- Desenvolver capacidade para manejar os recursos naturais;
- Conservar e promover as práticas e conhecimentos tradicionais associados ao uso sustentável da biodiversidade; e
- Assegurar a proteção e o monitoramento das UCs.
- Criar condições para a realização de pesquisas nas UCs e Centros;
- Fomentar, ordenar, gerar e difundir informações e expertise para a conservação da biodiversidade e para a gestão das UCs;
- Estimular o uso das UCs e Centros como espaços educacionais e de formação para a sociedade e para as instituições de ensino e pesquisa.

Ações e seus resultados

1. Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – Sisbio

O Sisbio permite aos pesquisadores a solicitação à distância de autorizações para a realização de pesquisa e a coleta de material biológico em todo o território nacional, sobretudo aquelas com espécies ameaçadas, em unidades de conservação federais ou cavernas. O sistema permite ao ICMBio gerir a informação resultante das pesquisas por meio do recebimento de relatórios de atividades que integram a base de dados do Instituto e que agregam sugestões de manejo e conservação para as unidades de conservação e espécies ameaçadas. Graças a seu formato automatizado, interativo e simplificado, o Sisbio melhorou significativamente o atendimento e a prestação de serviços junto aos pesquisadores e a interação entre estes e os gestores.

O Sisbio opera de forma descentralizada, dando celeridade à tramitação das solicitações de autorização. Ao longo de 2011, foram concedidos, por meio do sistema, 2.501 documentos, incluindo 2.323 autorizações e 178 licenças permanentes, o que representa um aumento de 51% no número de documentos concedidos em relação a 2010 (Figura 1). Dentre essas, 58% foram concedidas para realização de pesquisa em UCs federais, abrangendo 99% delas, e 6% tendo como foco espécies ameaçadas de extinção.

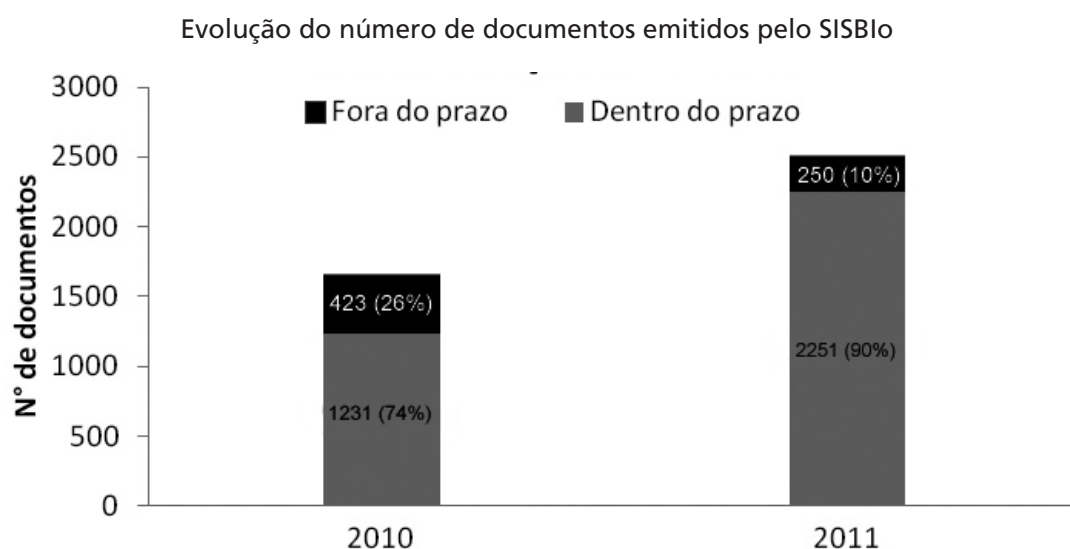


Figura 1: O gráfico mostra a evolução do número de documentos concedidos dentro (azul) e fora do prazo (vermelho) entre 2010 e 2011

Mesmo com o significativo aumento da demanda por autorizações e licenças de pesquisa entre 2010 e 2011, houve incremento de 74% para 90% das solicitações concedidas dentro do prazo de 45 dias úteis estipulado na instrução normativa que regulamenta essas atividades. Portanto, superamos a meta de 80% das autorizações emitidas antes do término do prazo, estabelecida para nossas unidades em 2011, bem como conquistamos um marco de eficiência e comprometimento do Instituto na prestação de relevante serviço à comunidade científica brasileira e para com a geração de conhecimento sobre nossa biodiversidade.

As unidades mais pesquisadas em 2011 estão apresentadas na figura a seguir.

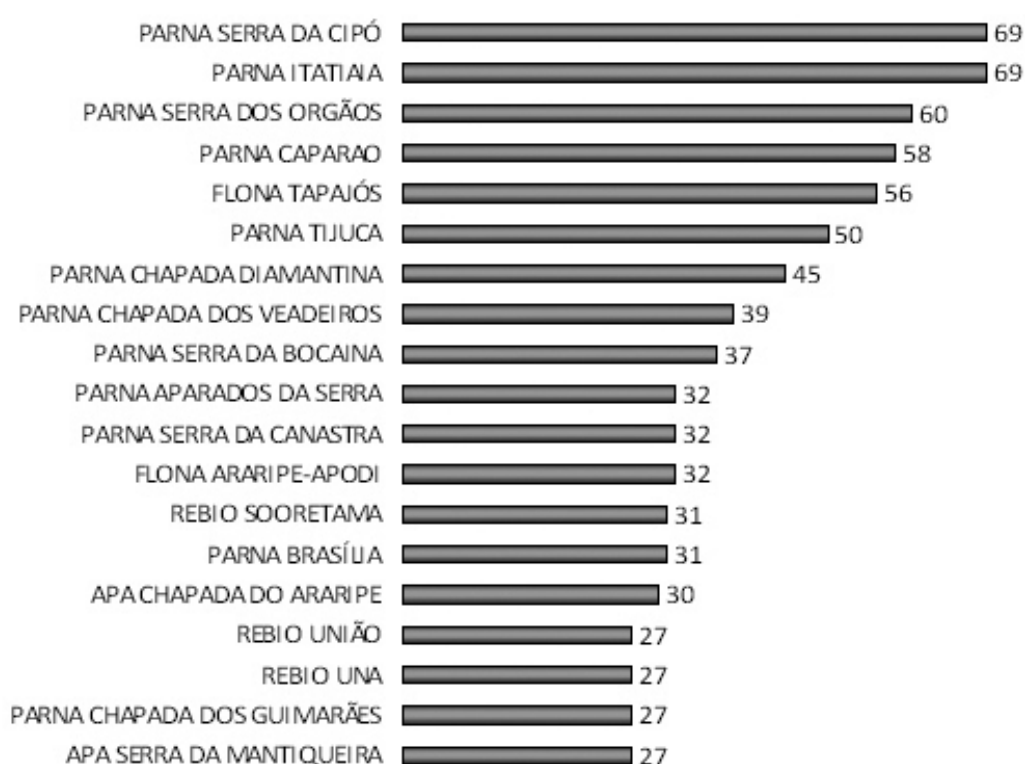


Figura 2: Número de pesquisas autorizadas pelo Sisbio nas 19 UCs mais pesquisadas (não foram contabilizadas as renovações de autorizações anteriormente emitidas).

Atualmente, há 24.246 pesquisadores cadastrados no sistema, sendo 22.689 brasileiros, 882 estrangeiros e 675 sem nacionalidade informada.

Entre os avanços relacionados ao Sisbio em 2011, vale destacar a disponibilização do Módulo Relatório. Este módulo permite ao pesquisador informar ao ICMBio os resultados e produtos da sua pesquisa. As informações fornecidas são armazenadas em um banco de dados, facilitando a busca e permitindo sua melhor utilização no planejamento e manejo de espécies, ecossistemas e unidades de conservação.

Até o momento, foram submetidos 1.309 relatórios de um universo de aproximadamente 6.500 esperados. Deve haver considerável aumento nesse número até o final de fevereiro de 2012, quando será finalizado o prazo para entrega dos relatórios relativos às autorizações concedidas desde 2007.

A análise dos dados encaminhados permitiu identificar que em 19% dos projetos autorizados os estudos não foram realizados.

Os dados gerados pela pesquisa são de propriedade intelectual do pesquisador que, ao preencher o relatório, opta por disponibilizar seus dados em, no máximo, cinco anos (Figura 3).

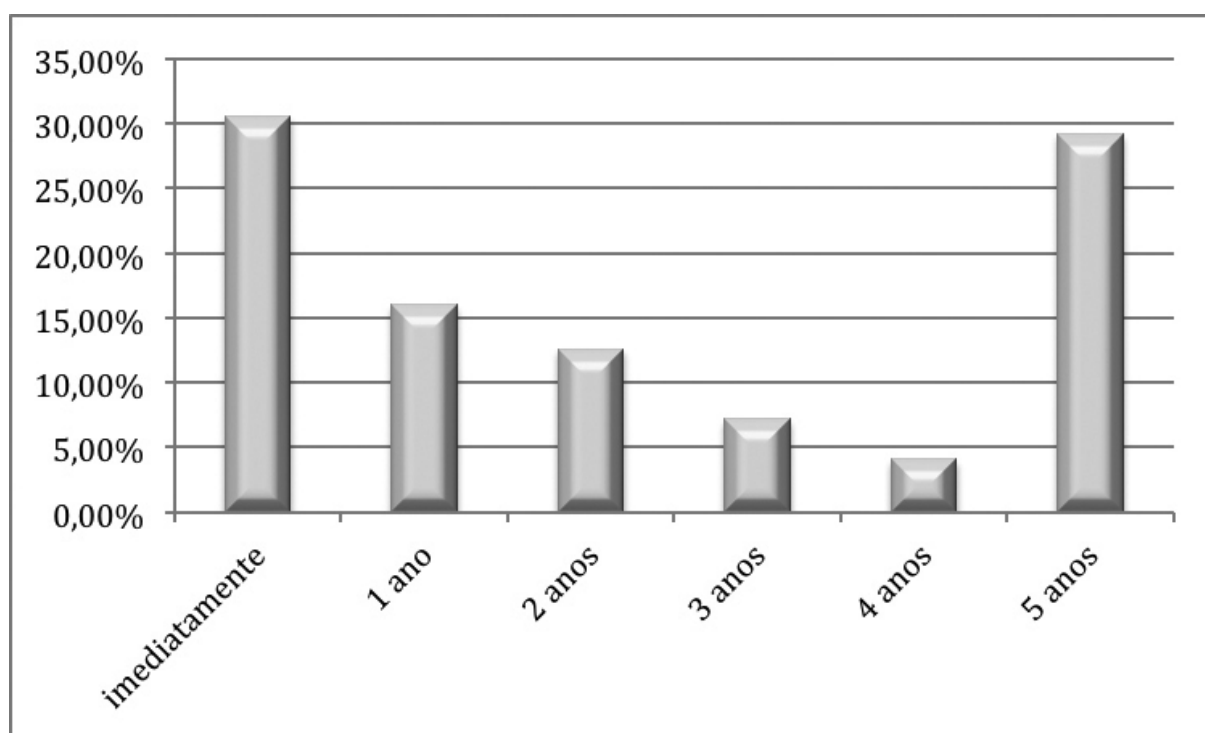


Figura 3: O gráfico apresenta as classes de tempo oferecidas para manter os dados das pesquisas sigilosos e a frequência das escolhas dos pesquisadores

Os relatórios ainda permitem conhecer o quantitativo dos registros de ocorrência de táxons dentro e fora de UCs (6.910 e 24.347, respectivamente), o quantitativo dos registros de ocorrência por grupo taxonômico (Figura 4) e o demonstrativo das publicações originadas nas pesquisas realizadas (Figura 5).

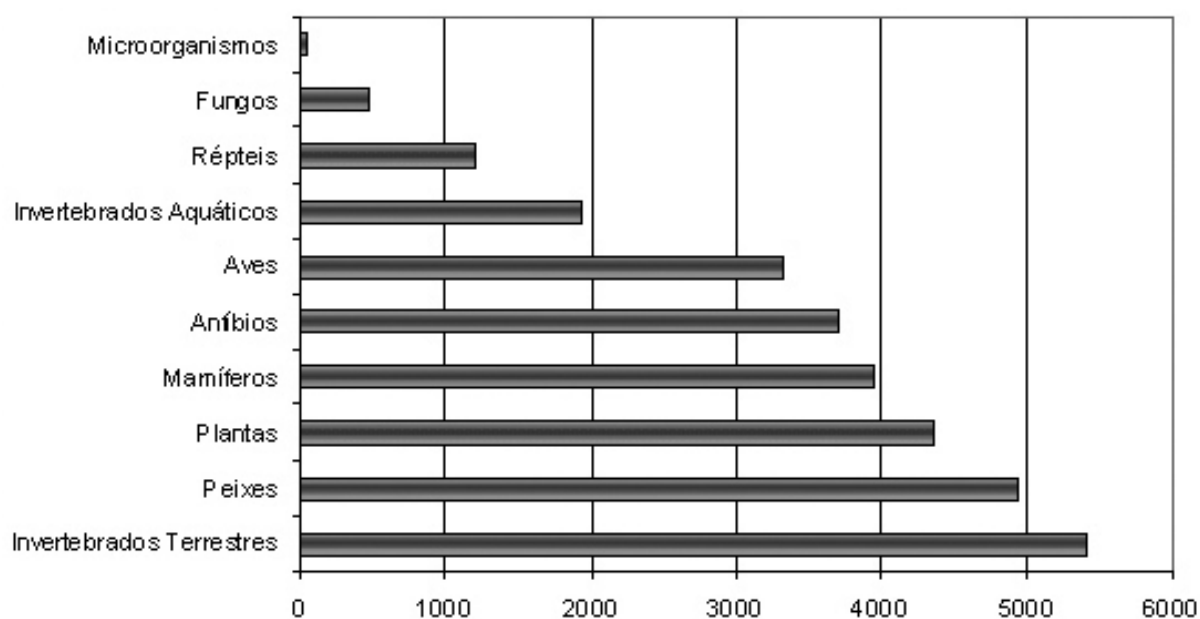


Figura 4: O gráfico apresenta o número de ocorrências por grupo taxonômico verificado a partir dos relatórios recebidos por meio do Sisbio

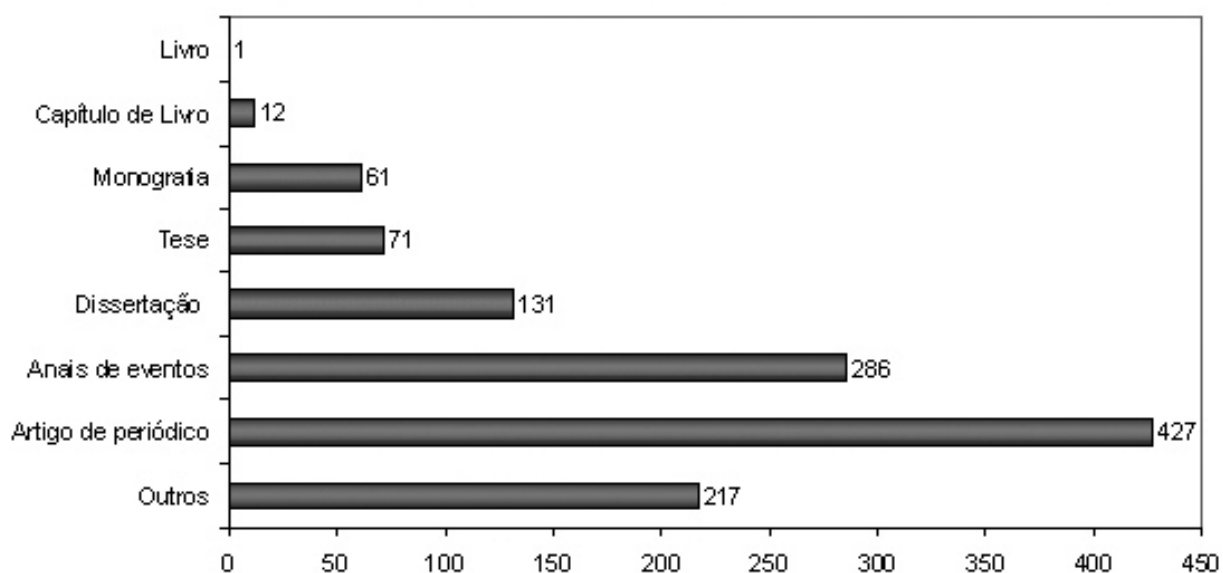


Figura 5: O gráfico apresenta o número de publicações, por tipo, a partir das informações prestadas nos relatórios recebidos por meio do Sisbio

A integração dos dados gerados pelos pesquisadores é um importante mecanismo de disponibilização do acesso à informação sobre a biodiversidade nacional para a comunidade científica, tomadores de decisão, formuladores de políticas ambientais e educadores.

2. Gestão da informação/disseminação do conhecimento

Revista científica Biodiversidade Brasileira

Dentro do programa de divulgação das informações científicas, a revista eletrônica Biodiversidade Brasileira publicou dois números em 2011: “Avaliação do Estado de Conservação das Tartarugas Marinhas” e “Manejo do Fogo em Áreas Protegidas”⁸. O primeiro número registra todo o processo de avaliação das tartarugas marinhas no Brasil, ao passo que o segundo apresenta 18 artigos selecionados sobre o tema-título.



Figura 6: Capa da Revista Biodiversidade Brasileira, nº 2, “Manejo do Fogo em Áreas Protegidas”.

3. Monitoramento de biomas

Monitoramentos permitem avaliar as respostas de populações ou ecossistemas de interesse especial às práticas de manejo e conservação, assim como aos impactos de fatores externos como perda de habitat, alterações da paisagem, mudanças climáticas, entre outros. Além disso, programas de monitoramento podem dar suporte a processos de tomada de decisão, formulação de políticas pú-

⁸ _____

Disponíveis no portal do ICMBio na internet: <https://www2.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR/issue/archive>

blicas e ações de manejo com base em informação consistente sobre as populações, ecossistemas e suas tendências.

Neste contexto, o ICMBio, com intuito de estabelecer um programa voltado à avaliação da efetividade de nossas UCs, realizou as seguintes atividades em 2011:

3.1 Relações entre Biodiversidade e Clima

Em 2011 foi iniciado, com apoio da Agência Alemã de Cooperação Internacional – GIZ, o Projeto Monitoramento da Biodiversidade com Relevância para o Clima. Seu objetivo é implementar um sistema de monitoramento em unidades de conservação dos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica, que produza informações para subsidiar a tomada de decisão sobre gestão de UCs, conservação da biodiversidade e clima, além de fortalecer as iniciativas de monitoramento da biodiversidade na agenda ambiental e política do Brasil.

Ao final de 2011, foram iniciados estudos sobre modelagem nesses três biomas para averiguação de quais UCs estariam mais suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas. Além disso, foram iniciados outros estudos com o objetivo de padronizar a medição de estoques de carbono em nossas unidades de conservação.

3.2. Bioma Marinho e Costeiro

O Programa de Monitoramento dos Recifes de Coral em Unidades de Conservação Federais, que utiliza metodologia adaptada do protocolo global Reef Check, permite o acompanhamento da saúde dos ecossistemas recifais nas UCs participantes, assim como gera alertas sobre o branqueamento de corais - possível efeito da mudança climática global - e pressões de turismo ou pesca.

Em 2011, foi consolidada a atuação do grupo de analistas do ICMBio que executa esse Programa durante as expedições em três das cinco UCs previstas - Parna Marinho de Fernando de Noronha, APA Costa dos Corais e Rebio Atol das Rocas.

3.3. Bioma Caatinga

Foi concluída a minuta do programa de monitoramento da biodiversidade em UCs federais da Caatinga. A proposta consiste na avaliação de grupos obrigatórios (cactos, répteis da ordem Squamata – lagartos e serpentes – e mamíferos de médio e grande porte) além de 2 optativos (abelhas melíponas e aves endêmicas) inicialmente em três UCs federais: Parna Serra da Capivara (PI), Esec Raso da Catarina (BA) e Flona Contendas do Sincorá (BA).

Em dezembro de 2011, o Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade - Probio II, por meio da Fundação Flora, viabilizou a contratação de bolsistas para sede, centros nacionais de pesquisa e conservação e UCs.

3.4. Bioma Amazônico

Em 2011, iniciou-se uma discussão de adaptação de protocolos para que atendam também aos objetivos do Projeto de Monitoramento da Biodiversidade com Relevância para o Clima, no âmbito da Amazônia.

3.5. Bioma Cerrado

Foi contratado um consultor para auxílio na elaboração do programa de monitoramento da biodiversidade em UCs federais do Cerrado. Até o final de 2011, foram avaliadas as principais iniciativas de monitoramento de biodiversidade no Cerrado e demais ecossistemas savânicos e desenvolvido um diagnóstico das UCs com maior aporte de pesquisas.

4. Ciclo de planejamento das atividades de pesquisa e monitoramento - Chama-da Interna de Projetos:

Desde 2009 estabeleceu-se o ciclo anual de realização de projetos de pesquisa coordenados por analistas ambientais do ICMBio, que envolve lançamento de edital interno com temas elegíveis, etapa de avaliação dos projetos, acompanhamento da execução, avaliação e divulgação dos resultados.

4.1. Projetos aprovados em 2010, para execução em 2011

De 91 projetos aprovados para execução em 2011, foram apoiados somente os de continuidade (26 projetos), situação que perdurou até setembro, quando novos projetos passaram a ser apoiados. Ainda assim, houve aqueles que não apresentaram execução devido à falta de tempo hábil para mobilizar a equipe e os recursos dado o envolvimento em outras atividades. Assim, ao longo de 2011, foram executados com sucesso 39 projetos, dos quais 6 foram viabilizados com recursos do projeto BRA/08/023 "Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socioambiental".

Síntese da execução dos projetos em 2011

Tipo de projeto		Número de projetos com expectativa de apoio	Número de projetos executados
Eventos científicos		8	5
Custo inferior a R\$ 15.000,00		13	5
Custo superior a R\$ 15.000,00	Pesquisa	26	15
	Monitoramento	10	8
Apoio do Projeto BRA/08/023		6	6
TOTAL		63	39

5. Parcerias estabelecidas pela sede do Instituto para o financiamento de pesquisa

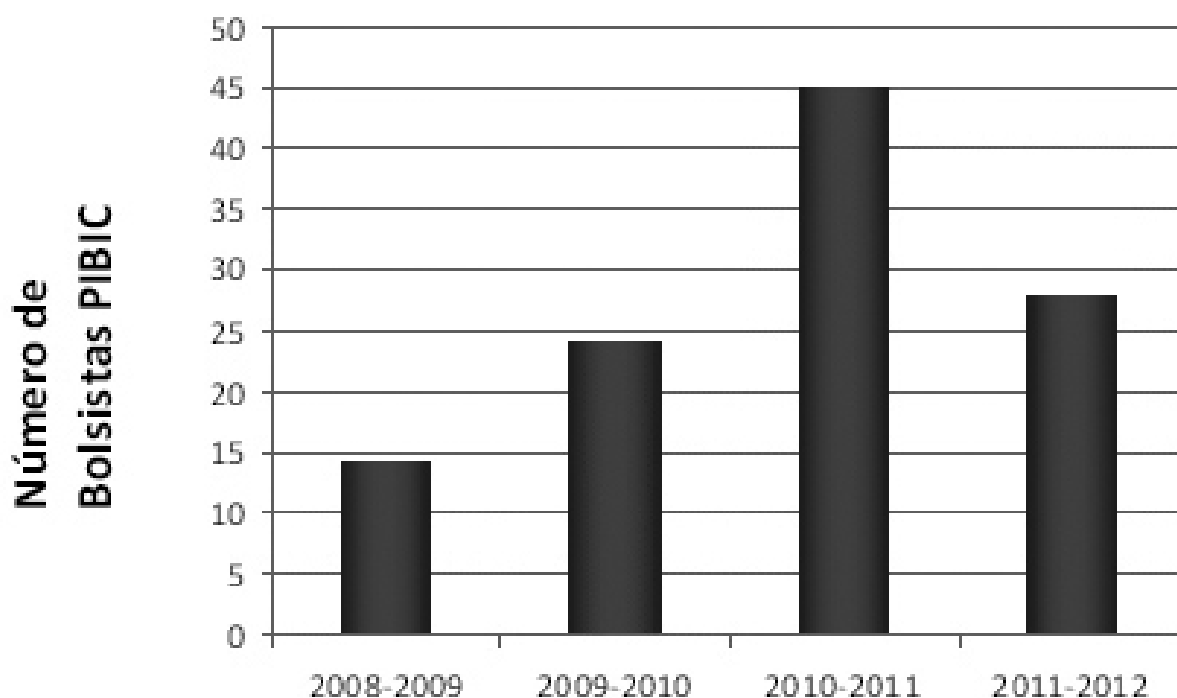
- renovação do Termo de Cooperação com a Capes – para acesso às bases de periódicos;
- Em 2011, foi lançado o Edital CNPq/ICMBio nº 13. Cerca de R\$ 3,4 milhões, oriundos de recursos de compensação ambiental do “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”, serão aplicados em 17 projetos de pesquisa, de 10 instituições, em 9 unidades de conservação do bioma Caatinga. Cada uma delas foi contemplada com pelo menos 2 projetos.
- Uma parceria estabelecida com o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro – IPJBRJ resultou no lançamento do Programa de Mestrado Profissional Biodiversidade em Unidades de Conservação.

6. Capacitação

6.1. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

O Programa PIBIC/ICMBio-CNPq começou em 2008, um ano após a criação do Instituto. Em 2011, foram apresentados 30 projetos, dos quais 28 foram aprovados e estão em condução, sendo 18 bolsistas e 10 voluntários.

Figura 7: Evolução no número de bolsistas PIBIC de 2008 a 2012



6.2.III Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica do ICMBio – “Pesquisa para Manejo”

Neste ano, 113 pessoas participaram do III Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica do ICMBio – “Pesquisa para Manejo”, realizado entre 16 e 18 de agosto de 2011, no auditório do ICMBio, em Brasília. Foram apresentadas sete palestras e três mesas redondas, nas quais se valorizou a apresentação da experiência dos servidores atuando em temas correlatos. A comissão organizadora recebeu 116 resumos para avaliação, sendo 30 dos bolsistas do PIBIC. Os anais do seminário estão disponíveis no portal do ICMBio na internet - <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/pesquisa-e-monitoramento/seminarios-de-pesquisa>.

Figura 8: Cartaz do III Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica do ICMBio.



GESTÃO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Promove a gestão dos recursos de compensação ambiental, uma fonte externa ao Tesouro, prevista na Lei nº 9.985/2000, originária de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto e que deve ser aplicada na implementação e manutenção de unidades de conservação.

Objetivo estratégico relacionado

- Fazer cumprir obrigação de compensação ambiental e aplicar os recursos da forma mais efetiva para o cumprimento da missão.

A compensação ambiental foi instituída pela Lei nº 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Snuc, e visa à aplicação dos recursos em unidades de conservação de domínio das três esferas de governo nas seguintes ações:

- 1.Regularização Fundiária;
- 2.Plano de Manejo;
- 3.Bens e serviços necessários à gestão;
- 4.Pesquisa; e
- 5.Criação de unidades de conservação.

Recursos em Contas de Compensação Ambiental consolidados em 31/12/2011

AÇÃO	TOTAL (R\$)
Implementação	64.888.106,51
Criação	1.916.943,25
Projetos e Pesquisa	6.667.500,00
Plano de Manejo	8.661.232,49
Regularização Fundiária	74.746.775,36
Sem destinação	5.882.656,24
TOTAL	162.763.213,85
Rentabilidade	23.867.399,62
Recursos provisionados	17.854.090,88

Recursos de compensação ambiental executados no triênio 2009-2011

EXECUÇÃO DE RECURSOS EM CONTAS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL/CAIXA (R\$)				
AÇÃO	2009	2010	2011	TOTAL
IMPLEMENTAÇÃO	59.067,44	4.015.264,33	8.838.485,83	13.012.817,60
PLANO DE MANEJO	-	-	58.842,7	58.842,70
PESQUISA	-	-	3.667,500	3.667.500,00
REG. FUNDIÁRIA	-	1.710.446,41	378.971,181	5.500.158,22
TOTAL GERAL	159.067,44	5.725.710,74	16.354.540,34	22.239.318,52

GESTÃO DE PESSOAS

Desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores do ICM-Bio, visando agregar, aplicar, avaliar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar o capital humano por meio de ações éticas e responsáveis orientadas para resultados.

Objetivos estratégicos relacionados

- Aprimorar e modernizar a administração de pessoal;
- Consolidar as políticas de formação continuada para os servidores e de gestão de pessoas do Instituto;
- Melhorar a qualidade de vida dos servidores;
- Incrementar o quadro de pessoal de forma a garantir a consolidação, sustentabilidade e o desenvolvimento do ICMBio.

Capacitação

Inaugurado em 8 de setembro de 2009, o Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade – Acadebio é um espaço destinado à promoção da conservação da biodiversidade por meio da construção do conhecimento pelo processo de ensino e aprendizagem. Sua implantação ocorreu em continuidade à ação estratégica da direção do ICMBio no sentido de propiciar ao quadro de servidores formação e capacitação continuada de acordo com as diretrizes institucionais, numa estrutura própria e adequada.

Suas instalações, no interior da Floresta Nacional de Ipanema, compõem-se de dois prédios, que totalizam cerca de 10 mil m2 e abrigam as principais atividades de treinamento, capacitação e hospedagem.



Em 2011 foram realizados 60 eventos na Acadebio, dos quais participaram cerca de 2 mil pessoas.

Ano	Nº de eventos	Participantes	Instrutores, apoio, etc.
2009	3	311	41
2010	36	1370	273
2011	60	1606	397
TOTAL	99	3287	711

Projeto Político Pedagógico

Em outubro foi iniciada, em parceria com a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do ICMBio. O PPP consiste no documento que explicita as bases teóricas e filosóficas e operacionais que guiarão as ações de educação continuada do Instituto.

Plano Anual de Capacitação

O Plano Anual de Capacitação 2011 é fruto de ampla consulta junto aos diversos órgãos e unidades do ICMBio para a definição dos critérios de priorização das ações de capacitação, tendo o Comitê Gestor de Capacitação como espaço deliberativo.

Em 2011 foram realizados 44 cursos contemplados dentro de 11 ciclos e 3 eixos de formação que, somados aos processos individuais de capacitação, geraram 4.519 vagas para capacitações e 3.944 capacitados, dos quais 837 servidores, 3.107 brigadistas, superando o exercício de 2010. Além disso, foram capacitados 43 novos estagiários da sede do Instituto.

SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS

O SIASS foi criado com finalidade de ser o responsável por desenvolver ações de perícia em saúde, promoção à saúde, vigilância dos ambientes de trabalho, registro dos acidentes de trabalho, nexos das doenças profissionais, readaptação funcional e apoio assistencial aos casos de agravos instalados.

Em 2011 foram firmados acordos de cooperação técnica no SIASS em 11 unidades da federação: BA, CE, DF, MT, PB, PR, RJ, RN, RO, AL e ES.

Gradativamente o ICMBio vai conseguindo aderir ao SIASS nas unidades da federação, suprimindo a necessidade de realização de perícias e juntas médicas bem como de avaliações ambientais.

Nomeação de novos analista ambientais

O Edital nº 1 – ICMBio, de 21 de outubro de 2008, tornou pública a realização de concurso público para provimento de vagas no cargo de Analista Ambiental do ICMBio. Em 2011 foram nomeados 8 analistas aprovados no concurso de 2008.

Educação a Distância - EaD

Em 2011 o ICMBio estabeleceu parcerias com dois órgãos federais, de forma a ampliar as possibilidades de formação do quadro de servidores:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU

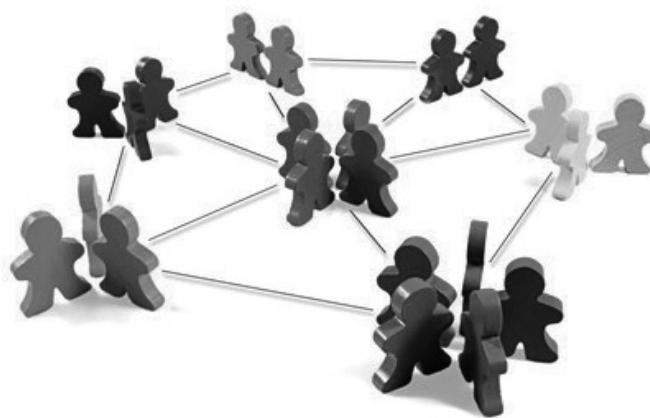
Por meio do Instituto Cerzedelo Correa, foram realizadas 74 ações de capacitação à distância entre agosto e novembro de 2011, em turmas exclusivas para o ICMBio. Os cursos ofertados foram de Licitação e Contratos Administrativos, Planejamento e Orçamento Público e Prestações de Contas e Convênios.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA

Foi firmada parceria com essa agência para o desenvolvimento de novos cursos à distância em 2012.

Rede de Desenvolvimento de Pessoas

O ICMBio faz parte da Rede de Desenvolvimento de Pessoas do Sistema de Pessoal Civil. O Comitê Gestor da Política de Desenvolvimento de Pessoal, instância vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, selecionou 30 órgãos/entidades da Administração Pública Federal que atendiam aos critérios definidos pela portaria para compor a rede. Um prêmio ao trabalho desenvolvido pelo ICMBio.



ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Fazer a gestão de recursos logísticos e tecnológicos de modo integrado e estratégico, otimizando assim o uso dos recursos.

Objetivos Estratégicos Relacionados

- Estruturar e implementar sistemas de informação para assegurar a integração dos dados e a disponibilização das informações;
- Otimizar os processos administrativos e logísticos;
- Prover o Instituto com infraestrutura e serviços adequados.

Contratos Nacionais

O ICMBio tem engendrado esforços no sentido de firmar contratos de prestação de serviços de âmbito nacional com vistas a ganhar escala e garantir a prestação de serviços em suas unidades a despeito da dispersão geográfica. Em 2011 foi implementado Contrato Nacional de Gerenciamento de Meios. Este contrato visa ao fornecimento de material de expediente, informática e básico de campo “just in time” para as unidades descentralizadas, reduzindo estoques desses materiais e os custos decorrentes, garantindo às unidades descentralizadas o fornecimento de material de expediente em tempo hábil, independentemente da localização geográfica.

Aquisições

Em 2011 foram adquiridos mais de 6 mil itens, de variados tipos e de acordo com a análise prévia das demandas emergenciais das unidades descentralizadas.

Dentre as aquisições ocorridas em 2011, destacam-se:

- 1.027 equipamentos de informática (estabilizadores, no-breaks, multifuncionais, etc)
- 40 computadores de alta capacidade para geoprocessamento

- 291 computadores desktop e 160 notebooks
- 30 centrais telefônicas digitais PABX
- 12 caminhonetes L200
- 27 motores de popa
- 472 ventiladores e 196 aparelhos de ar condicionado
- 200 bombas de sucção de água submersa
- 100 binóculos de longo alcance
- 44 carregadores de bateria
- 164 refrigeradores/freezers, 192 bebedouros quente/frio, 97 cafeteiras elétricas, 92 micro-ondas, 8 fogões industriais, 91 fogões 4 bocas, 160 liquidificadores, 46 purificadores de água.

Tecnologia da Informação

Durante o ano de 2011 o Instituto utilizou os contratos de tecnologia da informação com dois focos principais: o primeiro direcionado à criação e documentação das atividades básicas necessárias ao suporte dos processos de desenvolvimento e de disponibilização de sistemas aos gestores e o segundo ao levantamento de informações visando a construção de sistemas integrados seguros e que possam ser atualizados e adaptados com rapidez.

A documentação das atividades de desenvolvimento de sistemas proporcionou a identificação dos processos e a criação de diretrizes e guias, visando à organização da área de tecnologia da informação e à garantia de padronização dos sistemas, fatores indispensáveis à criação de sistemas que possam evoluir de acordo com as necessidades da instituição.

Foram documentados o processo de desenvolvimento de sistemas do ICMBio e os procedimentos de disponibilização de sistemas, organizando ambientes segregados que visem o controle dos impactos relacionados à disponibilização de novos sistemas ou versões de aplicações existentes.

O ambiente de infraestrutura de tecnologia da informação foi organizado e documentado para garantir o funcionamento dos aplicativos e softwares, provendo segurança à rede de computadores e aos dados armazenados nos equipamentos da instituição.

Foram construídos os documentos técnicos relacionados ao armazenamento, tratamento e à disponibilização de dados geoespaciais, os quais deram origem ao ambiente de infraestrutura que suporta sistemas que tratam deste tipo de informação. O Instituto disponibilizou, no final de 2011, em ambiente de homologação, a sua primeira aplicação geoespacial, desenvolvida de acordo com seus processos e padrões e disponibilizada nos equipamentos do seu Centro de Dados.

São relacionados abaixo os sistemas previstos nos contratos de desenvolvimento:

- Sistema Canie - controlará o Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas, mantendo informações sobre as cavidades naturais subterrâneas tais como fauna, flora, afluentes, tipos de solos, rochas e as demais formações que existam no interior e regiões circunvizinhas. Durante o ano foi produzido o Documento de Visão do Sistema, levantados e documenta-

dos os requisitos funcionais e os casos de uso. O produto da construção das três primeiras iterações esta disponível.

- Sistema de Compensação Ambiental - permitirá o controle e acompanhamento da execução da compensação ambiental, permitindo o acompanhamento da licença ambiental, das aquisições de materiais e serviços para as unidades com esta fonte de recursos, manterá informações dos empreendedores e dos instrumentos da compensação, prevendo-se integração com o Sistema de Licenciamento Ambiental On-line - Sislic do Ibama e o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC do MMA. Foi produzido o Documento de Visão do Sistema e levantada e documentada grande parte dos requisitos funcionais e casos de uso. A construção das três primeiras iterações do sistema foi iniciada.
- Sistema de Autos de Infração - a ser disponibilizado aos fiscais para o gerenciamento de todas as atividades de controle estrito no processo de auto de infração e notificações e seu acompanhamento, subsidiando ainda as ações de cobrança das multas aplicadas pelo setor competente e o acompanhamento das áreas embargadas e bens apreendidos. Foi produzido o Documento de Visão do Sistema, levantados e documentados os requisitos funcionais e os casos de uso e iniciada a construção da primeira iteração.
- Sistema de Arrecadação - visa o controle da arrecadação do ICMBio que provém de diversas fontes, substituindo-se o uso do Sicafi que não se adequa a estrutura do ICMBio. Este sistema estará diretamente integrado ao sistema de autos de infração. Foi produzido o Documento de Visão do Sistema e iniciado o levantamento de requisitos funcionais e casos de uso.
- Sistema de Consolidação Territorial - permitirá o gerenciamento das informações da situação de regularização fundiária e consolidação de limites das unidades. Possibilitará, ainda, o acompanhamento da demarcação e sinalização das UCs, a inserção de diagnósticos preliminares das unidades, inserção de dados relativos às populações residentes, o controle dos processos de aquisição de terras e benfeitorias, controle dos processos de incorporação de terras de domínio público, controle dos processos de reassentamento de populações tradicionais e a manutenção de histórico com informações georreferenciados sobre a evolução da situação fundiária de cada UC. Produzido o Documento de Visão do Sistema, levantados e documentados os requisitos funcionais e casos de uso. Iniciada a construção da primeira iteração.
- Sistema de Gestão de Pessoas - possibilitará a inclusão, alteração e consulta de documentos, permitirá controle de folha de ponto eletrônico, atualização e consultas de dados on-line, adoção de fluxo eletrônico nos procedimentos de marcação e remarcação de férias, avaliação de GDAEM, avaliação de estágio probatório, requerimento de licenças, encaminhamento de portarias para publicação no Boletim de Serviço, administração eletrônica das contratações de estagiários e brigadistas, entre outras funcionalidades. Foi produzido o Documento de Visão do Sistema e levantados os requisitos funcionais e casos de uso da primeira iteração.
- Sistema de Controle de Acesso - segurança para controle de acesso com senha única para

todos os sistemas do ICMBio, permitindo administração de perfil, funcionalidades e usuários. Será adotado o mecanismo de certificação digital, em que todos os servidores do ICMBio terão um token de identificação digital para ter acesso aos sistemas e assinar eletronicamente documentos. Produzido o Documento de Visão do Sistema, levantados e documentados os requisitos funcionais e casos de uso das iterações identificadas. O produto da construção das duas primeiras iterações foi entregue.

- Manutenção do Portal do ICMBio – O portal está sendo mantido e aprimorado para permitir melhor disponibilização de informações aos cidadãos.
- Sistema de Banco de Imagens do ICMBio - os servidores poderão incluir imagens das unidades no sistema, garantindo os direitos autorais ao autor e/ou ao ICMBio será acessível à toda a população via web. Foram produzidos o Documento de Visão do Sistema e os documentos de requisitos funcionais e casos de uso. A primeira iteração está sendo construída.
- Sistema de Autorização para o Licenciamento Ambiental - visa atender as necessidades de gestão de impacto ambiental sobre as unidades de conservação federais, permitindo acompanhamento processual eletrônico, análise dos técnicos, emissão dos pareceres e autorizações por meio do sistema. Foi produzido o Documento de Visão do Sistema.
- Sisbio (modernização e customização) - o Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade sofreu manutenção evolutiva para adequação dos módulos e desenvolvimento de novas funcionalidades.
- SGDOC (aprimoramento) - o sistema de Gestão Documental do ICMBio avança para a sua próxima etapa, permitindo que todas os documentos e processos que circulam internamente tramitem de forma eletrônica e as assinaturas sejam realizadas por meio de instrumentos de segurança e certificação digital. Foi produzido o Documento de Visão da nova versão, levantada grande parte dos requisitos funcionais e casos de uso, e a primeira iteração está em fase de construção.
- Sistema de Taxonomia - tem por foco informatizar o processo de avaliação da conservação da biodiversidade brasileira pela manutenção de catálogo com nome dos seres vivos, incluindo nomes científicos, sinônimos e comuns, com sua classificação taxonômica, permitindo inclusão de informações relativas à distribuição, biologia, ecologia e conservação dos táxons, sendo possível a geração de mapas com distribuição das espécies a partir de informações georreferenciadas. Foram produzidos o Documento de Visão do Sistema e os documentos de requisitos funcionais e casos de uso das duas primeiras iterações.
- Sistema de Controle Orçamentário e de Contratos - viabilizará o controle informatizado de todos os contratos firmados pelo ICMBio, bem como permitir melhorias no acompanhamento de custos de manutenção de cada uma das unidades do Instituto. Foi produzido o Documento de Visão do Sistema e iniciada a fase de levantamento de requisitos funcionais e casos de uso.

FINANÇAS E ARRECADAÇÃO

Promove a operacionalização dos recursos do Orçamento Geral da União, tanto as fontes de receita quanto os recursos de despesa.

Objetivo estratégico relacionado

- Ampliar os recursos orçamentários e financeiros e otimizar sua utilização.

Arrecadação

No exercício de 2011, os recursos com as receitas realizadas totalizaram R\$ 50.871.443,72, superando em 38,20% o resultado de 2010.

Tabela: Arrecadação própria - (R\$)

MÊS	2008	2009	2010	2011
Janeiro	-	1.692.088,13	4.452.493,26	4.807.863,60
Fevereiro	1.204.983,13	1.824.138,65	3.957.696,38	3.536.468,01
Março	957.767,90	1.766.773,27	4.418.175,06	5.452.293,62
Abril	869.286,97	1.583.623,95	2.696.408,65	2.988.600,05
Maio	3.033.537,06	1.421.982,49	1.874.015,03	7.014.887,37
Junho	1.541.958,39	1.578.179,42	2.234.359,49	2.723.891,86
Julho	783.738,36	1.888.241,75	2.994.204,70	3.715.780,32
Agosto	3.035.729,92	1.932.726,25	2.943.250,07	6.098.055,25
Setembro	2.248.709,80	3.214.541,95	2.751.659,64	2.934.053,80
Outubro	2.292.688,43	4.292.508,39	2.632.627,51	3.126.067,59
Novembro	1.470.474,14	11.367.868,83	2.798.137,21	3.439.695,09
Dezembro	1.654.832,01	2.369.997,76	3.055.425,56	5.033.787,16
TOTAL	19.093.706,11	34.932.670,84	36.808.452,56	50.871.443,72

As principais receitas realizadas no exercício de 2011 foram Arrendamentos, Licenciamento/Autorizações e Serviços/Visitação - Ingressos, que representam quase a totalidade da arrecadação do período.

Tabela: Comparativo das principais receitas - (R\$)

RECEITA	2010	2011	Incremento
Arrendamentos	10.272.898,15	11.370.212,13	10,68%
Autorizações para licenciamento ¹	5.788.924,51	13.755.484,20	137,62%
Serviços/Visitação-Ingressos ²	19.833.989,00	25.521.286,69	28,67%

¹ Se comparado ao exercício anterior, o grande índice de variação financeira da receita Licenciamento/Autorizações justifica-se pelo recolhimento excepcional decorrente de autorizações para supressão de vegetação realizada pela empresa Mineração Rio do Norte S/A, no valor de R\$ 6.510.035,33.

² Destaca-se o reflexo positivo da receita de Serviços de Visitação e Ingressos decorrente do aumento de visitantes.

PLANEJAMENTO OPERACIONAL E ORÇAMENTO

Promove a modernização administrativa, propondo ferramentas e metodologias para ampliar a efetividade da gestão institucional.

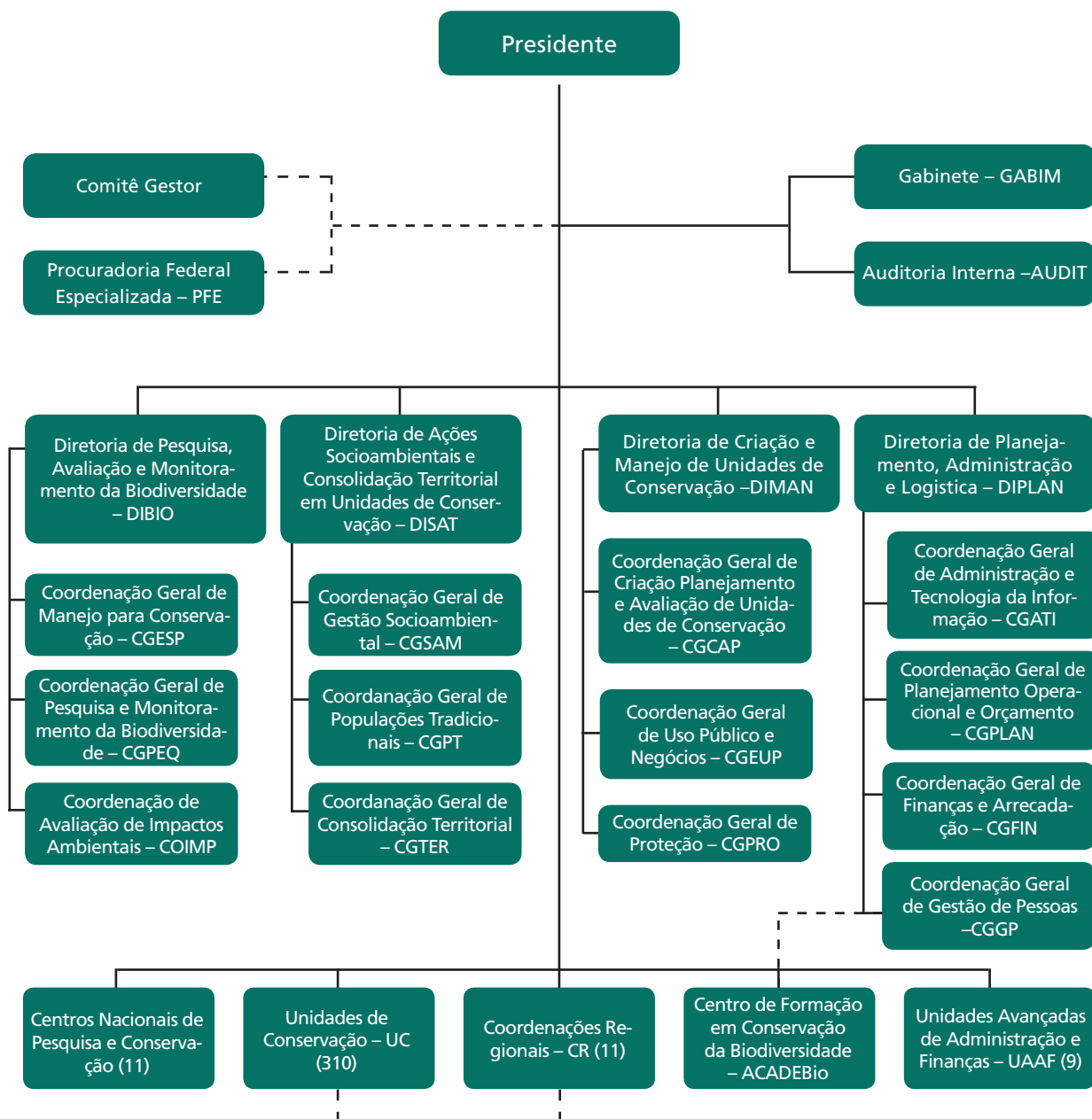
Objetivos Estratégicos Relacionados

- Consolidar a gestão estratégica e a gestão por processos orientada para resultados;
- Ampliar os recursos orçamentários e financeiros e otimizar sua utilização;
- Envolver a sociedade na conservação da biodiversidade.

Planejamento Institucional

O ano de 2011 foi marcado pela publicação do Decreto nº 7.515, de 08/07/2011, que alterou a estrutura regimental do ICMBio. A publicação desse decreto aproximou a estrutura do Instituto à forma de trabalho estabelecida por sua modelagem organizacional em 2008. Com a publicação, iniciaram-se os trabalhos de elaboração do regimento interno do ICMBio, cuja publicação está prevista para 2012.

Estrutura do ICMBio segundo Decreto nº 7.515/2011



Legenda:

— Subordinação

- - - - Ligação Funcional ou Técnica

Planejamento Estratégico

Dando continuidade à construção dos resultados estratégicos e à criação de indicadores e metas institucionais, realizadas em 2010, em 2011 procedeu-se ao desdobramento desses últimos para as unidades de conservação, coordenações regionais e centros de pesquisa e conservação.

De forma a coordenar o processo de monitoramento de resultados, foi instituída em dezembro a Central de Resultados do ICMBio, que possui, entre outras competências, a de coordenar a consolidação da prática de gestão estratégica no órgão e mobilizar continuamente suas unidades organizacionais nesse processo.

No final de 2011 foi iniciado o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão Estratégica – SIGE, pela web, que auxiliará na implementação da gestão estratégica do Instituto por meio do monitoramento de resultados das suas diversas unidades organizacionais em tempo real, bem como da negociação e do desdobramento dos indicadores e metas para as unidades descentralizadas.

Plano Plurianual 2012-2015

Em 2011 foi realizada, com a participação de representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a revisão de todas as ações do ICMBio que comporão o PPA 2012-2015, bem como suas respectivas metas.

Orçamento

A tabela abaixo é um demonstrativo geral do orçamento recebido, limite e valor executado em 2011.

Execução orçamentária no biênio 2010-2011 (R\$)

Tipo de despesa	Orçamento	Limite recebido	Executado	% Exe/Lim
Exercício 2011				
Corrente	206.562.081	198.627.937	198.589.435	99,98
Capital	129.813.695	59.210.295	59.208.082	100,00
Total	336.375.776	257.838.232	257.797.517	99,98
Exercício 2010				
Corrente	197.613.237	156.364.248	155.692.266	99,57
Capital	173.033.779	64.232.495	64.201.400	99,95
Total	370.647.016	220.596.743	219.893.666	99,68

AUTORIZAÇÃO PARA LICENCIAMENTO

Estabelecer e condicionar o controle do poder público às atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, conforme a legislação vigente.

Objetivo estratégico relacionado

- Compatibilizar o desenvolvimento local, regional e nacional com a conservação da biodiversidade.

No exercício de 2011, o Instituto Chico Mendes emitiu 279 autorizações para o licenciamento ambiental, contemplando a sede e suas coordenações regionais.

AUTORIZAÇÕES 2011

CR 1	JANEIRO a DEZEMBRO
	94
CR 2	JANEIRO a DEZEMBRO
	3
CR 3	JANEIRO a DEZEMBRO
	23
CR 4	JANEIRO a DEZEMBRO
	4
CR 5	JANEIRO a DEZEMBRO
	55
CR 6	JANEIRO a DEZEMBRO
	11

CR 7	JANEIRO a DEZEMBRO
	3
CR 8	JANEIRO a DEZEMBRO
	69
CR 9	JANEIRO a DEZEMBRO
	126
CR 10	JANEIRO a DEZEMBRO
	9
CR 11	JANEIRO a DEZEMBRO
	11
SEDE / ADIM / Central	JANEIRO a DEZEMBRO
	9

SUPOORTE CORPORATIVO

Objetivo estratégico relacionado

- Ampliar a transparência do órgão e o acesso à informação pela sociedade.

INTERLOCUÇÃO E CONTROLE SOCIAL (OUVIDORIA)

No exercício de 2011, continuou-se o relacionamento com a Coordenação de Ouvidoria do Ibama, que encaminhou ao ICMBio as manifestações afetas às unidades de conservação e centros de pesquisa recebidas por meio do sistema informatizado denominado Sistema Linha Verde – SISLIV daquela autarquia.

Além da ouvidoria do Ibama, o ICMBio recebeu também manifestações de outros entes da Administração Pública como Ministério do Meio Ambiente, Ouvidoria Geral da União, Polícia Federal, Ministérios Públicos, Presidência da República, entre outros.

Foi recebido um total de 273 manifestações, sendo que 232 (85 %) da alçada deste Instituto. As demais eram pertinentes a unidades de conservação e/ou órgãos/entidades de esferas municipais ou estaduais.

No quadro abaixo constam as manifestações encaminhadas em 2011, afetas ao ICMBio.

Tipo de manifestação	Quantidade	Percentual
Denúncias	51	22%
Esclarecimentos	35	15%
Informações	37	16%
Solicitações	28	12%
Reclamações	78	34%
Elogios	3	1,00%
TOTAL	232	100,00%

Dessas manifestações 125 (54%) foram atendidas por meio de respostas aos demandantes.

AUDITORIA INTERNA

Até a edição do Decreto nº 7.515/2011, que instituiu a Auditoria Interna deste Instituto, as atividades de auditoria eram acompanhadas pela Ouvidoria.

No ano de 2011 foram recebidas diligências oriundas do TCU, CGU e MPU, conforme demonstrado no quadro abaixo, que atualmente são acompanhadas pela Auditoria Interna.

Órgão demandante	Quantidade	%
TCU	11	52
CGU	9	43
MPU	1	5
TOTAL	21	100

Foram atendidas 14 diligências, correspondendo a 67% das demandas.

Órgão demandante	Quantidade	%
TCU	7	50
CGU	6	43
MPU	1	7
TOTAL	14	100

Segundo estabelecido nas Instruções Normativas CGU nº 7/2006 e nº 1/2007, foi elaborado o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT para o exercício de 2012.

O PAINT pretende abranger áreas de significativa importância da instituição, visando mensurar e avaliar o grau de confiabilidade do sistema de controle interno, instituído nas diversas unidades do Instituto.

O objetivo dos trabalhos da Auditoria Interna é o de assessorar a administração no desempenho eficiente, na boa e regular aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e patrimoniais, fornecendo análises, avaliações, recomendações e comentários sobre atividades auditadas, proporcionando, desta forma, visão geral sobre diversos aspectos do Instituto.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Garantir a difusão da informação para a sociedade no que se refere às atribuições do Instituto Chico Mendes, contribuir para a construção e a consolidação da imagem da autarquia e promover o fluxo de informação no âmbito interno e externo da instituição.

Objetivos estratégicos relacionados

- Propor, coordenar e avaliar o planejamento, a criação e a execução de ações de comunicação social necessárias à execução da missão institucional do Instituto;
- Desenvolver ações de comunicação interna;
- Divulgar ações de comunicação que ampliem a percepção de realizações do Instituto Chico Mendes;
- Desenvolver ações de comunicação para o reconhecimento e fortalecimento da marca;

Comunicação interna

O boletim virtual ICMBio em Foco completou quatro anos de existência em 2011, reforçando o fluxo de comunicação interna. Durante o ano foram elaboradas 48 edições, que alcançaram o número 176 em dezembro.

Foi realizada mais uma edição da campanha nacional Mãos Estendidas, para recolher entre os servidores doações às vítimas das chuvas na região serrana do Estado do Rio de Janeiro.

Portal

A terceira versão do site do ICMBio, agora como portal de informações sobre unidades de conservação e conservação da biodiversidade brasileira, foi lançada oficialmente no mês de abril. O endereço do portal é www.icmbio.gov.br.

Assessoria de imprensa

Em 2011 foi remodelada a AGBio, newsletter da Agência de Notícias do Instituto Chico Mendes. Ao longo do ano uma nova formatação foi definida e aprovada, passando a ser encaminhada por mala direta à mídia nacional.

Outro avanço foi a construção de um ambiente oficial nas redes sociais para divulgação da agenda institucional do ICMBio no Twitter, Facebook e Youtube.

Além do atendimento às demandas regulares de jornais, rádios, TVs e sites de notícia, com média de três jornalistas por dia, pautou-se a imprensa com várias ações do Instituto, articulando, agendando e acompanhando entrevistas do presidente do ICMBio a programas de TV como Bom Dia Pará, na TV Liberal, Bom Dia Amazonas, na Rede Amazônica de TV, e Cidadania, na TV Senado.

Durante o período de seca no País houve forte cobertura da equipe aos incêndios florestais, especialmente na Flona de Brasília, fato que atraiu a atenção da imprensa nacional. Na ocasião, durante praticamente uma semana, foram articuladas entrevistas junto à mídia (jornais, rádios e TVs) com o presidente do Instituto, gestores e analistas ambientais das UCs para que dessem informações sobre as causas dos incêndios e as providências que estavam sendo tomadas pelo ICMBio para debelar os focos.

Também foi dada atenção ao lançamento de veículo automotor para percurso de trilhas voltado a portadores de necessidades especiais no Parna das Emas, em Goiás, e, in loco, aos eventos em comemoração aos 50 anos de criação dessa unidade de conservação.

Obteve-se, ainda, inserções do presidente do Instituto Chico Mendes em programas como Globo Repórter e Jornal Nacional, da TV Globo, e de gestor do ICMBio no Fantástico, da mesma emissora.

Outras ações

- organização e coordenação da solenidade em comemoração ao 4º aniversário do ICMBio;
- organização do lançamento do vídeo institucional Biodiversidade Brasileira, um dos resultados da parceria firmada entre ICMBio, Vale S/A e Terra da Gente Produções e Eventos Ltda.;
- criação e coordenação da exposição fotográfica "Patrimônios Naturais — Edição Parques Nacionais Brasileiros", exibida na sede do ICMBio, no Shopping CasaPark, no evento "Feira

Botânica” no Centro Comercial Gilberto Salomão e no Jardim Botânico de Brasília, todos na capital federal;

- coordenação e montagem de estande institucional na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília;
- revisão e editoração das publicações “Noronha + 20 – Programa de sustentabilidade para o arquipélago de Fernando de Noronha, Uma construção participativa”; “Relatório de Gestão 2010”; “Roteiro para criação de RPPN Federal”; “Atlas do Corredor Ecológico da Região do Jalapão”; Calendário 2012 “Patrimônios Naturais – Edição Parques Nacionais Brasileiros”; catálogo da “Exposição Fotográfica Patrimônios Naturais – Edição Parques Nacionais Brasileiros”; folders “Terra do Meio – Um tesouro da natureza”, “Ilhas do Rio Amazonas – Um tesouro da natureza”, “Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins”, “Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba” além do folder institucional do ICMBio;
- atendimento ao público externo e interno em questões da área de comunicação social.



Ministério do
Meio Ambiente





Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo, Setor Sudoeste
CEP 70.670-350 Brasília - DF 61 3341-9101



Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA